

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**

**EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO:
ATIVIDADE INTELECTUAL NA TERCEIRA IDADE**

GEISA APARECIDA DARIVA PINHEIRO

**MARINGÁ
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO:
ATIVIDADE INTELECTUAL NA TERCEIRA IDADE

Dissertação apresentada por GEISA APARECIDA DARIVA PINHEIRO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: ENSINO, APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE PROFESSORES, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. : REGINA TAAM

MARINGÁ
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P654e	Pinheiro, Geisa Aparecida Dariva Educação e envelhecimento: atividade intelectual na terceira idade / Geisa Aparecida Dariva Pinheiro. -- Maringá, 2009. 105 f. Orientador : Prof^a. Dr^a. Regina Taam. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação, Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Ensino Aprendizagem e Formação de Professores, 2009. 1, Envelhecimento. 2. Gerontologia. 3. Idosos - Vida intelectual. I. Universidade Estadual de Maringá. II. Título. CDD 21.ed.374.00846 374.008631
-------	--

GEISA APARECIDA DARIVA PINHEIRO

**EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO:
ATIVIDADE INTELECTUAL NA TERCEIRA IDADE**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Regina Taam (Orientadora) – UEM

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Oliveira – UEPG – Ponta Grossa

Prof^a. Dr^a. Eliane Rose Maio Braga – UEM

25 de agosto de 2009

Dedico este trabalho à Memória de Luiz Antonio Lorenzetti, Maria Madalena Alboneti e Maria José da Cunha. Ao primeiro por me ensinar as primeiras letras, à segunda por ser Avó presente e carinhosa e à última pelos laços de amizade de uma vida.

Aos três minhas lágrimas de saudade e dor, por não chegarem comigo ao término de mais esta etapa de minha vida.

Ainda à memória de meu primo Luciano de Lima, ausente de minha vida há muitos anos, mas sempre presente em minhas lembranças.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela constante graça de viver, pensar, amar e sonhar.

Aos meus pais, Atílio e Maria Lúcia e à minha irmã Edilaine, pelo incentivo nesta e em todas as etapas do meu crescimento intelectual.

A meu esposo, João, pela cumplicidade e apoio.

Ao meu filho, João Filipe, pelos momentos de ausência.

Aos meus sobrinhos Bruno e Tainá e ao meu cunhado Osvaldo, pela compreensão na divisão do computador.

Ao meu avô Adélio, pela inspiração que me fez acreditar na Terceira Idade com qualidade de vida.

À minha sogra Teresa, pelo apoio nas tarefas cotidianas.

Aos amigos Maria Anita, Carlos Elias, Ivanice, Derci e Silvete, pela compreensão na elaboração dos meus horários de trabalho.

À Ana Maria Brum, pelo companheirismo nos primeiros passos e pelo auxílio na correção deste trabalho.

Aos companheiros de jornada e nos momentos de dificuldade, angústia e dúvida, especialmente João, Elaine, Marcel e Luis Antonio, amigos nas longas jornadas.

Aos professores Terezinha Oliveira, Maria Cristina, Célio, Tereza, Amélia, Iris e Angela, pela amizade e pelos conhecimentos transmitidos.

Ao Hugo e Márcia sempre atenciosos e prontos a nos auxiliar.

À Regina Taam orientadora e amiga, sempre disposta a auxiliar e motivar, pessoa fundamental na construção deste trabalho.

Às professoras Eliane, Rita e Regina Mesti pela colaboração, que fizeram com que esse trabalho evoluísse.

A todos os familiares, amigos e professores que fizeram parte da construção da minha vida afetiva, social e intelectual.

A todos, minha gratidão e carinho!

"Não existe fim.
Não existe início.
Existe apenas a infinita paixão pela vida"
(Federico Fellini - Cineasta)

PINHEIRO, Geisa Aparecida Dariva. **Educação e Envelhecimento: Atividade Intelectual na Terceira Idade**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Regina Taam. Maringá, 2009

RESUMO

O presente estudo buscou verificar os benefícios que poderiam resultar de uma atividade intelectual contínua e sistemática, como forma de promover um envelhecimento com melhor qualidade de vida, buscamos também ilustrar os benefícios da atividade intelectual por meio de biografias estudadas. Para cumprir tais objetivos, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica para definir alguns temas usuais no estudo do envelhecimento, como qualidade de vida, envelhecimento ativo, o funcionamento do cérebro na velhice, e a educação de idosos. Por fim, no intuito de exemplificarmos a importância da atividade intelectual na Terceira Idade, selecionamos alguns intelectuais que tiveram uma vida longa e que se mantiveram intelectualmente ativos até os 70, 80, 90 anos ou mais. Ao estudarmos a biografia de intelectuais como Jean Paul Sartre, Norberto Bobbio, Cora Coralina, Zilda Arns e Oscar Niemeyer, buscamos ilustrar a importância deste tipo de atividade na Terceira Idade, aumentando a satisfação pessoal e a dignidade do idoso, bem como contribuindo para sua maior participação na vida em sociedade, possibilitando a efetivação de seus direitos de cidadão.

Palavras-chave: envelhecimento; atividade intelectual; educação da pessoa idosa; Terceira Idade.

PINHEIRO, Geisa Aparecida Dariva. **Education and Aging: Intellectual Activity in the Elderly**. 105 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Regina Taam. Maringá, 2009

ABSTRACT

This study aims to evaluate the benefits that could result from intellectual activity continuously and systematically in order to promote healthy aging with better quality of life, we seek also illustrate the benefits of intellectual activity through biographies studied. To accomplish these objectives, we developed a literature search to identify some common themes in the study of aging, such as quality of life, active aging, brain function in old age, and education for the elderly. Finally, in order to exemplify the importance of intellectual activity in the Third Age, we selected a few intellectuals who have lived long-lived and remained intellectually active until the 70, 80, 90 and older. In studying the biography of intellectuals such as Jean Paul Sartre, Norberto Bobbio, Cora Coralina, Zilda Arns and Oscar Niemeyer, we seek to illustrate the importance of this type of activity in old age, increasing personal satisfaction and dignity of the elderly, as well as contributing to their higher participation in society, enabling the realization of their rights as citizens.

Keywords: aging; intellectual activity; education of the elderly; elderly.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ENVELHECIMENTO.....	14
2.1. Envelhecer e pensar	18
2.2. O conceito de envelhecimento e de velhice: mudanças paradigmáticas.....	24
2.3 Envelhecimento ativo.....	29
2.4 Qualidade de vida na Terceira Idade.....	33
3. EDUCAÇÃO DE IDOSOS.....	38
3.1. Educação e Qualidade de Vida	43
3.2. Educação Permanente.....	46
3.2.1 Universidade da Terceira Idade	57
3.2.2 Educação formal, não-formal e informal	63
3.3. Pedagogia Progressista e a função pedagógica do modelo em Snyders.....	65
3.4. A Educação de Idosos nos Documentos Oficiais.....	67
4. ATIVIDADE INTELECTUAL NA TERCEIRA IDADE.....	72
4.1. Envelhecimento Ativo e Atividade Intelectual: estudo a partir de algumas biografias.....	76
4.1.1 Norberto Bobbio.....	78
4.1.2 Jean Paul Sartre.....	82
4.1.3 Cora Coralina.....	86
4.1.4 Zilda Arns.....	87
4.1.5 Oscar Niemeyer.....	91
4.2. Atividade Intelectual: possibilidade na Terceira Idade	93
5. CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), no ano de 2025, o Brasil terá uma população de idosos na ordem de 32 milhões de pessoas. Embora este fato já seja perceptível em nossos dias, ainda trazemos muitos mitos e idéias que não correspondem aos fatos, nem aos conhecimentos produzidos acerca do envelhecimento. Vemos ainda hoje pessoas idosas sendo tratadas como inúteis ou estorvos, pior, idosos que introjetam idéias preconceituosas e se sentem desmotivados para a vida.

Muitos fatores contribuem para a desqualificação da pessoa idosa, e o principal deles é a condição socioeconômica; se o idoso tem uma boa condição econômica, não depende de filhos ou outros parentes para se manter, ou até contribui para melhorar o padrão de vida da família, então tem um tratamento privilegiado. Contudo, uma vez que o idoso dependa financeiramente de seus filhos ou outros parentes e necessite de ajuda para se manter, ocorre muitas vezes má vontade, impaciência e até maus tratos por parte de quem deveria proporcionar-lhes atenção, carinho e os cuidados necessários. Essa perspectiva infelizmente também se aplica à dificuldade de locomoção e outros impedimentos, ou seja, quanto menor o “trabalho” dado pelo idoso, menor será o descaso da família para com ele. Se isto não ocorre sempre, ocorre com frequência, especialmente nos lares onde dificuldades de ordem financeira, conflitos familiares e presença de outro membro em condições de dependência contribuem para criar um ambiente onde o idoso não recebe a devida atenção e os cuidados de que necessita.

Situações como a que descrevemos são ao mesmo tempo, causa e efeito da falta de perspectiva por parte do idoso que não vê para si um horizonte de vida, achando-se velho demais para tudo; quanto à família, falta informação, tempo e paciência, e, muitas vezes recursos, para melhor conviver com o idoso e ajudá-lo a ajudar-se.

Enfim, a sociedade está envelhecendo, mas não está preparada para lidar com esse fato e acaba promovendo a exclusão do idoso, negando-lhe muitas vezes

o direito ao pleno exercício da cidadania. Por outro lado, não se pode pensar o pleno exercício da cidadania, sem pensar em um sujeito que conheça seus direitos e suas responsabilidades e possa pensar criticamente a sociedade em que vive, para poder fazer escolhas conscientes.

Aprender sempre, permanecer intelectualmente ativo é fundamental para que a pessoa idosa seja sujeito da história, da sua própria e da história coletiva da sociedade em que vive.

Envelhecer pode significar aquisições que só podem ser obtidas por meio do acúmulo de experiências vividas no decorrer dos anos. O envelhecimento, por ser um processo natural do ciclo da vida, pode ser atravessado com dignidade e prazer porque ele expressa a forma como vivemos as etapas anteriores. É importante entender que as perdas não ocorrem apenas na velhice, mas em todas as fases, do nascimento ao fim da vida. A nossa sociedade valoriza a juventude e reserva à velhice somente o déficit, a falta de expectativas fazendo com que o próprio idoso desista dos seus projetos de futuro.(TEIXEIRA, 2000, p. 08)

Depreendemos então, partindo da citação de Teixeira, que as pessoas que chegam à Terceira Idade mais do que de remédios ou de piedade, necessitam de políticas sociais que deixem de salientar suas perdas, e levem em conta suas necessidades e suas possibilidades de crescimento intelectual.

O que pretendemos evidenciar é que as atividades intelectuais podem abrir portas para um mundo que se acreditava fechado aos que já encerraram seu tempo no mercado de trabalho. E os que envelheceram, tendo que permanecer no mercado (geralmente informal), estes também se beneficiariam, fazendo-os avançar na compreensão da realidade (global e da sua própria realidade).

Realizamos um estudo bibliográfico para verificar os eventuais benefícios que poderiam resultar de uma atividade intelectual contínua, como forma de promover um envelhecimento com melhor qualidade de vida. Utilizamos para esta análise estudiosos, que se empenham em avaliar o envelhecimento humano, bem como profissionais que estudam especificamente a educação de idosos, uma vez que,

pensamos ser a educação a melhor maneira de manter o idoso intelectualmente ativo, são autores como Meire Cachione, Anita Liberalesso Néri, Mariúza Pelloso Lima, entre outros, que têm se destacado em estudos gerontológicos, na perspectiva do “curso de vida”, ou seja pensando o envelhecimento como um processo longo, lento que se dá durante toda a vida, e não a partir de determinada idade, ou etapa da vida (como ocorre no enfoque desenvolvimentista).

Estudamos alguns temas que se tornaram indispensáveis, ao tratarmos de envelhecimento, mas que necessitam de um olhar mais atento. São termos como envelhecimento ativo, qualidade de vida, funcionamento do cérebro e educação de idosos.

O envelhecimento é o desenvolvimento biológico do ser humano que culmina em um conceito social, denominado velhice. O indivíduo terá durante sua velhice uma qualidade de vida de acordo com os fenômenos acontecidos durante sua vida. A memória é um dos exemplos, da influência do decorrer da vida na velhice, quanto menor for o número de traumas e lesões cerebrais tanto melhor será a memória.

Tanto a concepção de memória como de outros termos utilizados na fase mais madura da vida sofreram mudanças, influenciados pela concepção de velhice que foi se aprimorando ao longo dos séculos, desde as primeiras obras falando sobre a velhice que datam da Grécia antiga, até as obras de gerontologia de nossos dias.

É somente no início do século XX que a medicina começa a se ocupar dos idosos e uma das descobertas deste novo ramo da medicina é de que o idoso pode ser ativo física e intelectualmente e por consequência deste fato ter uma melhor qualidade de vida.

Quando falamos em estudo do envelhecimento humano a questão qualidade de vida tornou-se bastante evidente, por esse motivo desenvolvemos um item afim de esclarecer este conceito. Para perceber a qualidade de vida do indivíduo deve-se levar em consideração quesitos como: habitação, trabalho, lazer, mas sobretudo a noção que cada indivíduo tem de sua vida, pois qualidade de vida varia de indivíduo para indivíduo.

Uma das formas de proporcionar uma qualidade de vida positiva ao indivíduo é proporcionar acesso a atividades educacionais, pois através desta poderá exercer

seu papel de cidadão na sociedade na qual está inserida, assim educação será a temática do segundo capítulo.

Através da educação o idoso pode atualizar seus conhecimentos, assim como ter uma maior convivência social, como também tomar conhecimento de características do processo de envelhecimento pelo qual está passando. Vale ressaltar também que estando inserido em um processo educativo o idoso diminui as possibilidades de doenças neurológicas, como também mantém para si um projeto, um objetivo de vida.

Nas últimas décadas esse processo educativo tem sido desenvolvido nas Universidades da Terceira Idade (UNATI), criada inicialmente por Pierre Vellas, na França com o objetivo de inserir o idoso na vida social, teve seu modelo recriado em inúmeros programas, em diferentes países. Por sua importância para a educação de idosos e para o estudo do envelhecimento, uma vez que a UNATI se transformou muitas vezes em centro de estudos da Terceira Idade, é que nos dedicamos a uma breve colocação sobre a UNATI.

Outra questão à qual nos dedicamos foi a educação de idosos em documentos oficiais, Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso e a própria Constituição Federal, leis que defendem o idoso e o seu acesso à educação, mas que somente foram regulamentadas quando a Terceira Idade começou a se fazer visível.

No capítulo quatro deste trabalho utilizaremos alguns modelos de pessoas que envelheceram com intensa atividade intelectual, como Jean Paul Sartre, Norberto Bobbio, Cora Coralina, Zilda Arns e Oscar Niemeyer afim de demonstrar a importância de atividades intelectuais ao longo da vida como meio de desfrutar de uma Terceira Idade mais lúcida e produtiva. Esperamos que, ao fazê-lo, possamos demonstrar que a velhice não obriga o sujeito a abrir mão de sua condição intelectual, no sentido gramsciano do termo*.¹

¹ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura, 1978.

2. O ENVELHECIMENTO

Se empreendêssemos um estudo sobre o aumento da população idosa, perceberíamos o seu constante crescimento e, conseqüentemente, a mudança da característica etária da população mundial. Segundo Moreira (2002) o índice de envelhecimento mundial, em 2000, foi de 33,4, e em 2050, será de 100,5. O Brasil não ficou fora desse aumento progressivo da população idosa. Nas palavras de Moreira (2000, p. 8)

As projeções das Nações Unidas, de 1998, apontam para o Brasil uma população que, em 2000, atingiria 170 milhões de habitantes, dos quais 49 milhões com menos do que 15 anos de idade e 8,7 milhões acima de 65 anos. Para 2050, as Nações Unidas projetam que a população nacional ampliaria para 244 milhões, sendo constituída por 49 milhões de jovens e 42,2 milhões de idosos. Em razão de tão amplo diferencial de taxas de crescimento entre os dois grupos etários, os jovens, que em 2000 representavam 28,8% da população brasileira, em 2050, passarão a responder por 20,1%, em contraste com a participação da população idosa, que em 2000 correspondia a tão somente 5,1% da população total do País e que, em 2050, participará com 17,3% do contingente nacional. (MOREIRA, 2000, p. 8)

Em busca por uma explicação para este fato encontramos: as melhorias no saneamento básico, a erradicação de doenças, através da descoberta de vacinas, entre outros fatores de avanço social, mas fato é que isto que chamamos de avanço não ensinou as pessoas a conviverem com a velhice, nem aos que estão envelhecendo, nem aos que estão ao seu redor, criando assim a expectativa de mais anos de vida, não garantindo, contudo, qualidade ao tempo vivido.

Essa questão vem se tornando uma preocupação social urgente, uma vez que os mesmos avanços que excluem os idosos colaboraram para o aumento da expectativa de vida da população, e proporcionam sua chegada à Terceira Idade cada vez de forma mais ativa. Justamente, pelo progresso da ciência, temos também cada vez mais pessoas que chegam à Terceira Idade saudáveis e dispostas a

continuarem a aprender e desenvolver atividades que não lhes foram possíveis, enquanto jovens.

Enfim, já não basta mais aos que chegaram à Terceira Idade ficar em frente à televisão tricotando ou cuidando dos netos; essas pessoas, bem como suas famílias, estão se conscientizando de que atividades diversas são importantes para que se tenha uma boa velhice. Assim, começaram a se multiplicar os grupos de convivências, os chamados grupos da Terceira Idade, onde desenvolvem atividades sociais como danças, encontros com outros grupos, além de atividades físicas etc.

Esse tipo de convivência em grupo pode ser bastante proveitoso, uma vez que possibilita a convivência com outras pessoas da mesma idade, motivando a vivência social; entretanto, corremos o risco de encontrar um grupo tão fechado que não possibilite a aproximação de outras pessoas, além de não proporcionarem um crescimento intelectual e não favorecerem práticas que expressem uma cidadania ativa.

A questão do envelhecimento é hoje um dos temas mais inquietantes na sociedade. O medo de envelhecer toma conta da sociedade que vive a ditadura da “juventude”. A não aceitação de si, de sua imagem no espelho, o medo da rejeição da sociedade e do tratamento que ela dedica a seus idosos tornam a velhice uma fase indesejada, segundo Simone de Beauvoir: “Mas a imensa maioria dos homens acolhe a velhice em meio à tristeza ou à revolta. Ela inspira mais repugnância do que a própria morte.” (BEAUVOIR, 1990b, p. 659)

A velhice nada mais é que uma das fases de nosso desenvolvimento não devendo ser relacionada ao fim deste, e a qualidade de vida que teremos em uma idade mais madura será consequência de todo o acumulado durante os anos, ou seja, as emoções, as privações ou a estabilidade que tivermos durante todo o nosso desenvolvimento refletirá no modo como envelhecemos. Assim, cabe salientar que cada indivíduo terá um envelhecimento particular, de acordo com as circunstâncias que permearam as fases anteriores de sua vida e que com uma conscientização do indivíduo, é possível ter cada vez mais uma Terceira Idade produtiva e saudável.

1. Existem diferenças entre velhice normal (ausência de patologias biológicas e psicológicas), ótima (concernente a algum critério ideal de bem-estar pessoal e social) e patológica (presença de síndromes típicas da velhice e/ou de doenças crônicas);
2. O envelhecimento é uma experiência heterogênea, depende de como cada pessoa organiza seu curso de vida, a partir de suas circunstâncias históricoculturais, da incidência de diferentes patologias durante o envelhecimento normal, e da interação entre fatores genéticos e ambientais;
3. Na velhice fica resguardado o potencial de desenvolvimento, dentro dos limites da plasticidade individual;
4. Os prejuízos do envelhecimento podem ser minimizados pela ativação das capacidades de reserva para o desenvolvimento, dentro dos limites da plasticidade individual;
5. As perdas na mecânica do funcionamento intelectual podem ser compensadas por ganhos na pragmática;
6. Com o envelhecimento, o equilíbrio entre ganhos e perdas torna-se menos positivo;
7. Os mecanismos de auto-regulação da personalidade mantêm-se intactos, em idade avançada. (BALTES & BALTES, *apud*. CACHIONI, 1998, p.6)

Os fatores cronológico, biológico, psicológico e social influenciarão no comportamento do idoso, assim a qualidade de vida que se tem na velhice depende da maneira como se desenvolveu o percurso de sua vida.

“O envelhecimento é determinado pela vida que se viveu. O processo está relacionado com o ajustamento pessoal e social dos anos adultos e também com a forma de vida que se leva já nesse período de existência.” (STEGLICH, *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 28, no prelo)

Contudo, o ser humano ainda tem muito que aprender sobre o envelhecimento; tem que aprender sobre ganhos e perdas; tem que aprender sobre direitos e responsabilidades, sobre a necessidade de lutar contra o preconceito que acaba por marginalizar os idosos e fazer da velhice uma fase temida, negada, para a qual nós humanos não estamos preparados, nem para lidar com nosso próprio envelhecimento, nem para lidar com o envelhecimento dos que nos são próximos.

O medo de envelhecer está presente na população brasileira, reflexo do sentimento de inutilidade, solidão, improdutividade, discriminação, consequências da segregação social da qual os idosos são vítimas. O próprio contexto social propicia à Terceira

Idade uma marginalização castradora e dolorosa. (OLIVEIRA, 2008, p. 50, no prelo)

A busca por uma velhice saudável e ativa é o impulsionador do ser humano na busca de meios para entender essa fase da vida. Neste sentido, muitas teorias foram desenvolvidas. Essas teorias dividem-se em três blocos, segundo a área do conhecimento:

Teorias biológicas: o envelhecimento é considerado um processo exclusivamente associado a mudanças físicas ou biológicas.

Teorias sociológicas: buscam entender e explicar a relação existente entre o contexto sócio-cultural e o comportamento dos idosos;

Teorias psicológicas: descrevem algumas mudanças psicológicas que ocorrem com o indivíduo com o passar dos anos. (OLIVEIRA, p. 53, no prelo)

Quando nos utilizamos das teorias biológicas para explicar o envelhecimento estaríamos nos restringindo somente ao fator físico, como se nos utilizarmos das sociológicas estaríamos presos à cultura da sociedade para explicar o envelhecimento, já a psicológicas nos atrelaria, somente, ao desenvolvimento psicológico que ocorre com o decorrer dos anos. Assim, ao nos atermos a uma das teorias citadas estaríamos excluindo o caráter totalizador do envelhecimento, uma vez que este não se dá apenas nas características físicas, ou somente nas psicológicas, mas também na convivência social de cada indivíduo, podemos assim afirmar que a inter-relação entre esses três blocos de teorias são necessários para explicar a questão do envelhecimento.

Enfim, o envelhecimento acontece no indivíduo e na sociedade. Sendo um fenômeno altamente complexo, que envolve muitos aspectos que dizem respeito ao sujeito que envelhece e à sociedade em que vive, não pode ser entendido sem a contribuição de diferentes áreas do conhecimento, o que representa para os estudiosos do tema um grande desafio.

2.1. Envelhecer e pensar

Embora seja inegável que com o avançar dos anos a força física e a rapidez nos reflexos diminuem, isso não significa que o idoso seja incapaz de movimentar-se no mundo; somente terá um rendimento um pouco menor. Se não houver algum comprometimento causado por doença, a pessoa idosa pode ter um alto nível de autonomia e continuar executando as tarefas que vinha realizando antes de ingressar na categoria idoso.

Neiva (2006) afirma que o maior problema do cérebro que envelhece é a redução na absorção de novos conhecimentos, e na velocidade de reflexos motores na Terceira Idade. Mas a mesma autora ressalta que, a leitura, bem como outros exercícios intelectuais que, induzem a novas conexões neuronais, podem melhorar as condições na absorção e na velocidade de novos conhecimentos

Como já salientamos, cada pessoa terá um envelhecimento de acordo com suas condições de vida, em grande parte, determinada pela classe social a que pertence, ou seja, a possibilidade de prevenir doenças, as condições sanitárias a que está exposta, a possibilidade de satisfazer necessidades alimentares. A predisposição genética de cada um a doenças que possam surgir, bem como o ambiente familiar, são também determinantes para a qualidade de vida que teremos, quando idosos.

Enfim, embora tratemos da velhice como algo comum a todos, cada indivíduo irá vivê-la de uma maneira diferente, de acordo com sua história pessoal, familiar e todas as circunstâncias de vida, inclusive históricas e sociais, a que está e esteve exposto no curso da vida.

O desenvolvimento intrínseco de cada um, que determina fortemente o desenvolvimento e o envelhecimento humano, é constituído por aspectos biológicos, sociais, físicos e psicológicos, próprios de cada indivíduo em particular, que caracterizam suas dinâmicas de vida.(BOMURA, TAAM, 2007, p.59)

Não podemos tratar aspectos do envelhecimento como eram tratados há um século atrás, o momento histórico e a questão social devem ser observadas, bem como a evolução científica pela qual passou a humanidade. Por exemplo, a catarata que é comum em idosos, e causa limitações importantes, que tornam a vida mais difícil, no séc.XXI é tratada, graças aos progressos da ciência, de forma simples e rápida, contudo há alguns anos atrás era uma doença irreversível, a qual acabava por comprometer a qualidade de vida do idoso.

Os avanços científicos trouxeram, também, uma nova compreensão sobre o funcionamento do cérebro.

Neste ponto é que se concentra uma das maiores descobertas da ciência, a de que o idoso pode desenvolver atividades mentais, intelectuais de grande alcance. Estudos recentes provaram que tanto maior a qualidade de vida, melhor será o funcionamento cerebral. Desaba, assim, um dos mitos sobre a velhice, já desmentido pela produção intelectual de alto nível de homens e mulheres com mais de 60 anos. O cérebro pode envelhecer, mas a mente continua a se desenvolver. Bem utilizado, um cérebro que envelhece pode tornar-se um cérebro mais útil e, com frequência, mais sábio. (NULAND, 2007, p. 32)

Na equipe anunciada pelo novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, consta o nome de um economista de 81 anos: Paul Volcker. Este fato ilustra o que foi dito na citação acima, ou seja, o avançar dos anos não impossibilita a atividade intelectual.

Pensar o idoso como indivíduo desprovido de capacidade de pensar e agir é render-se ao empirismo ou a conceitos sobre velhice que estão ultrapassados, ou seja, não podemos encarar o envelhecimento como se vivêssemos no século passado.

Com os avanços científicos foi descoberto que mesmo perdendo tecido cerebral, podemos envelhecer mantendo a atividade intelectual por meio de reservas de tecido e de adaptações que nosso cérebro é capaz de realizar.

Entre as diversas razões para que seja insignificante está a redundância, ou seja, existe tanto tecido cerebral extra que a perda

de uma parte dele não exerce efeito sobre o funcionamento ou a capacidade intelectual, já que restam muitos outros nervos e fibras para realizar a tarefa. Além disso, a mesma mensagem pode ser transmitida por diversas trilhas neurais diferentes, de modo que a perda de uma delas significa somente que, daí em diante, será usado outro caminho. (NULAND, 2007, p. 33)

O que na verdade pode atrapalhar a atividade cerebral dos idosos não é a velhice, mas sim as patologias que podem atingí-los, estas sim deixam o idoso fragilizado, com uma capacidade cerebral um pouco mais lenta, entre outros distúrbios. Mas caso estas patologias não ocorram, o cérebro velho é tão eficiente quanto o novo, só um pouco mais lento. Como afirma Lima (2000, p. 105) “Com tempo suficiente, o cérebro velho saudável, em geral, recupera informações tão bem quanto os cérebros jovens, apesar de não tão rápido.”

Sendo assim, podemos dizer que se tivermos consciência de que somos em parte, responsáveis por nossa própria velhice, ou seja, procurando estimular constantemente nossos neurônios, quando idosos teremos maiores chances de uma memória melhor e até maiores probabilidades de evitar problemas como derrames, lesão ou qualquer outra doença degenerativa, uma vez que construímos excedentes de células cerebrais.

Assim como um atleta leva anos para cultivar uma boa forma física, porque põe seus músculos em prática continuamente e com isso os fortalece e expande, uma pessoa que lê muito e estuda muito “lubrifica” seguidamente e faz literalmente crescer os sistemas neuronais, que se encarregam de analisar, formar, guardar e evocar as memórias de tudo o que se aprende e estuda. (IZQUIERDO, 2004, p.3)

Izquierdo ainda ressalta que a incidência da doença de Alzheimer em pessoas intelectualizadas é relativamente menor, não importando à classe social às quais pertençam. Nuland (2007) compartilha da mesma opinião, sobre o menor índice de Alzheimer e outras lesões, em pessoas intelectualmente ativas.

No início desta discussão sobre o cérebro, fizemos referência à sua capacidade de influenciar o seu próprio envelhecimento. As

indicações disso provêm de fontes díspares. Uma fonte de evidência é a observação de que a frequência do mal de Alzheimer e outras demências parece ser significativamente menor em pessoas que levam uma vida intelectualmente ativas. (NULAND, 2007, p. 35)

Neste ponto parece-nos pertinente esclarecer o termo memória, termo este bastante utilizado no estudo das atividades cerebrais. Segundo o doutor em medicina, Ivan Izquierdo (2004), denominamos memória o aprendizado, a aquisição e a evocação de informações. A evocação denomina-se também recordação ou lembrança e a falha nessa evocação denomina-se amnésia.

A memória é um processo que liga funções de ordens diferentes, habilidade de armazenar e recuperar informações conforme a necessidade imediata do indivíduo, a duração de cada informação armazenada depende do local específico onde foi depositada, variando de acordo com a importância e o tipo de informação.

Izquierdo (2004) podemos classificar a memória conforme sua duração em imediata, que dura alguns segundos e raramente minutos; memória de curta duração, que permanece por algumas horas e memória de longa duração, a qual permanece por dias ou anos.

Considerando o conteúdo dos variados tipos da memória, podemos classificá-las como: memória do trabalho, memória declarativa e memória de procedimentos. Já quanto à conservação de nossas memórias podemos apontar três razões para que estas sejam conservadas, segundo Izquierdo (2004).

Nossa memória é conservada por três fatores: Se o fato ocorreu há vários anos foi acompanhado de uma forte carga emocional e por isso são importantes para nós.

A segunda razão porque nos lembramos de memórias antigas em detalhe é porque muitas delas são essenciais para o nosso dia-a-dia e as lembramos bem porque as repetimos e usamos muitas vezes, nos mais diversos contextos. A repetição reforça as memórias, provavelmente recrutando cada vez mais circuitos nervosos para reforçar o armazenamento delas. (IZQUIERDO, 2004, p. 37)

A terceira razão para a preservação das memórias antigas em detrimento das mais novas que observamos nas pessoas idosas, permite a elas reviver o passado, o que pode ser mais prazeroso, do que a lembrança de fatos mais recentes.

Para o idoso, é preferível lembrar-se dos tempos em que tinha um futuro pela frente, seus amigos estavam vivos e ele não tinha artrite, do que recordar este em que sabe que seu tempo é curto, muitos amigos já morreram e suas articulações doem. (IZQUIERDO, 2004, p. 38)

Contudo, esse aspecto vale somente para as boas recordações, eximindo-se dos idosos descritos acima, aqueles que tiveram uma juventude traumática, com doenças e perdas, uma vez que esses acontecimentos não são exclusivos da velhice. É válido ainda ressaltar que, nem sempre pequenos esquecimentos indicam perda de memória.

O esquecimento daquilo que tínhamos decidido fazer cinco minutos atrás, a dúvida sobre “onde deixei meus óculos” ou “onde estacionei meu carro” quase nunca tem significado patológico e costumam ser consequência das distrações ou da pressa cotidiana. (IZQUIERDO, 2004, p. 39)

Parafraseando Izquierdo (2004), não necessariamente o esquecimento significa patologia; quer seja na juventude ou na velhice, pode somente ser um momento de distração ou significar que o fato não nos era essencial. Além disso, se fossemos lembrar de cada fato de nossas vidas em suas minúcias, sobrecarregaríamos nosso sistema de memórias. Devemos considerar, porém, que o medo de envelhecer e das doenças e limitações que podem vir com a perda da juventude, faz com que o fato de não nos lembrarmos de algo ou de alguém, provoque a associação direta entre esquecimento e velhice.

Esquecer algumas informações é essencial, a fim de que possamos fazer uma recombinação das informações e novas generalizações.

Essas recombinações são muito mais freqüentes do que se pensa, e muitas coisas que pensamos recordar podem ser verdadeiras,

parcialmente falsas ou totalmente falsas. Enquanto “dormem” no cérebro as memórias sofrem misturas, combinações e recombinações, até o ponto em que o que lembramos não é mais verdadeiro. (IZQUIERDO, 2004, p. 57)

Essa combinação e recombinação é bastante perceptível nas crianças e idosos, onde imaginação, pequenos esquecimentos e emoções fazem uma complexa recombinação dos fatos.

A aquisição e a evocação da memória são fortemente moduladas pelos sistemas que registram e respondem às emoções e aos estados de ânimos: as vias dopaminérgicas, noradrenérgicas, serotoninérgicas e colinérgicas do cérebro. Estas vias fazem sinapse com as células do hipocampo, córtex entorrinal, amígdala e outras regiões cerebrais nas quais as memórias são feitas, armazenadas e evocadas. (IZQUIERDO, 2004, p. 68)

Assim, é claro que doenças que acarretam alterações emocionais, como estresse, ansiedade, podem provocar alterações na memória, a que mais se destaca é a provocada pela doença de Alzheimer.

Segundo Dalmaz e Netto (2004) Alzheimer é uma doença degenerativa com cura desconhecida, provoca perda de memória e das faculdades intelectuais de maneira ascendente culminando com a demência.

As lesões que acompanham essas doenças estão inicialmente localizadas no córtex entorrinal, no hipocampo e no núcleo da amígdala. Com o passar dos anos, as lesões se disseminam pelo córtex e ocasionalmente atingem outros núcleos. (IZQUIERDO, 2004, p. 71)

Por esta razão um dos sintomas típicos desta patologia é o déficit de memória, contudo como afirma Izquierdo (2004) em seu livro “Questões sobre memória”, o exercício ou o exercitar esta durante a vida, pode ser um preventivo, quanto a perda da memória. Dalmaz e Netto compartilham a mesma opinião, de que a participação em atividades que estimulem as funções cerebrais reduz o risco de desenvolvimento do mal de Alzheimer

Isso se deve a dois fatores. O primeiro é que as pessoas mais intelectualizadas costumam ter uma memória muito mais rica do que as pessoas mais ignorantes. O segundo é que essa memória mais rica se deve ao fato de que foi mais exercitada ao longo dos anos e, portanto, é mais resistente às perdas. A memória é um dos melhores exemplos do ditado “a função faz o órgão”. (IZQUIERDO, 2004, p. 73)

O cérebro como qualquer outro membro do corpo humano, necessita de exercícios contínuos para manter um melhor aproveitamento de suas funções, assim podemos afirmar que ao mantermos atividades que estimulem o trabalho cerebral, poderemos melhorar a atividade de cognição.

O fato de células cerebrais surgirem relativamente incólumes na meia idade ou na velhice depende muito de nossos próprios esforços mentais e deirmos exercitando intelectualmente o cérebro desde a infância. Isso significa que o estímulo mental contínuo gera mais tecido cerebral, proporcionando-nos uma memória melhor, o que nos permite pensar mais rapidamente. (LIMA, 2000, p. 59)

Cada fase da vida tem suas vantagens e desvantagens; é necessário potencializar o funcionamento das habilidades cognitivas que estão disponíveis, em cada uma dessas fases, é necessário desenvolver métodos que ativem o funcionamento cerebral e a memória. Este é um conhecimento que deve ser apropriado pelos jovens, para que possam preparar-se para um envelhecimento saudável e ativo.

2.2 O conceito de envelhecimento e de velhice: mudanças paradigmáticas

Nas duas últimas décadas, observamos o crescimento de pesquisas sobre o envelhecimento, devido ao crescimento populacional de idosos. O envelhecimento populacional é o triunfo dos avanços científicos, uma vez que uma das causas do aumento da expectativa de vida são as inovações na medicina. Outras áreas do conhecimento, em particular a psicologia e a educação física, produzem novos

conhecimentos para a gerontologia; assim, a literatura que trata do envelhecimento cresceu significativamente na última década, não só em termos quantitativos, como também em termos qualitativos. Embora alguns livros de auto-ajuda também tenham surgido no mercado, aproveitando-se do interesse suscitado pelo assunto, há muita publicação contribuindo para a divulgação da produção científica sobre o idoso e o processo de envelhecimento.

As primeiras obras preocupadas com a questão da velhice são da Grécia Antiga, o médico grego Hipócrates acreditava que a velhice começava aos 56 anos. Em seus livros fez diversas observações sobre a velhice, especialmente sobre as doenças mais comuns nesta fase da vida, retomada por Simone de Beauvoir: “Em todos os domínios, ele aconselha aos velhos a moderação, mas também sugere que não interrompam suas atividades”. (BEAUVOIR, 1990b, p. 24)

Seguindo a mesma linha de conselhos aos que envelhecem, temos no século II Galeno:

Em sua Gerocomia, Galeno dá conselhos de higiene que foram respeitados na Europa até o século XIX. Ele pensa que, segundo o princípio *contraria contrarius*, é preciso aquecer e umidificar o corpo do velho: é necessário que ele tome banhos quentes, que beba vinho e também que seja ativo. Prodigia-lhes conselhos dietéticos detalhados. Cita como exemplo o velho médico Antíoco que, aos 80 anos, ainda visitava seus doentes e participava de assembléias políticas, e o velho gramático Telefos, que conservou uma bela saúde até quase 100 anos. (BEAUVOIR, 1990b, p. 24)

Durante muitos séculos autores criaram e recriaram sobre a obra de Galeno, chegando este ao século XVIII, ainda com seguidores de sua obra, o que denota certa falta de interesse sobre o tema nos séculos que correram.

É a partir de meados do século XIX que – sem ainda levar este nome – a geriatria começa realmente a existir. Ela foi favorecida na França pela criação de vastos asilos onde se reuniam muitos velhos. A Salpêtrière era o maior asilo da Europa; abrigava oito mil doentes, dos quais entre dois e três mil eram velhos [...] Tornou-se portanto, fácil coletar dados clínicos sobre os idosos. Pode-se considerar a

Salpêtrière como núcleo da primeira instituição geriátrica.
(BEAUVOIR, 1990b, p. 28)

Segundo Beauvoir (1990b), no início do século XX, o americano Nascher criou um ramo da medicina que se ocuparia somente das pessoas idosas, é a chamada geriatria, este termo era similar ao termo pediatria, ramo da medicina que trata da criança. As obras de Nascher foram recusadas por alguns anos, pelas editoras, vindo a tomar força quando o número de idosos começou a crescer, sendo a primeira obra publicada em 1914.

Segundo Néri (2005, p.95), é também do início do século XX o termo Gerontologia, proferido pela primeira vez em 1903, por Metchnicof, para designar o estudo do velho. “Gerontologia é o campo multi e interdisciplinar que visa à descrição e à explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais”.

Cachioni (2003) ressalta o termo gerontologia educacional como um dos campos da gerontologia.

Pertencem ao âmbito de um novo campo interdisciplinar, o da gerontologia educacional, a discussão sobre quais devem ser o conteúdo e o formato da educação dirigida a idosos, assim como a maneira como deve ocorrer a formação de recursos humanos especializados para o cumprimento dessas finalidades.

Segundo Doll (2008) tem-se a idéia de que gerontologia educacional são cursos oferecidos às pessoas idosas em busca da inclusão e da socialização do idoso, o autor ressalta serem as atividades educacionais a maior preocupação, mas não a única da gerontologia educacional. Defende a divisão em três dos aspectos a serem observados nas práticas educativas para ou sobre a Terceira Idade, divisão esta proposta por David A. Peterson, em 1976.

“Apesar de várias discussões nas últimas décadas sobre o campo e o enfoque da gerontologia educacional, esta divisão em áreas me parece importante até hoje.”
(DOLL, 2008, p. 15)

Ainda na perspectiva de Doll (2008), o primeiro campo trabalha com a educação de idosos, como cursos, palestras e trabalhos socioeducativos. A segunda área seria dedicada ao trato da temática envelhecimento, por exemplo, transmitir informações sobre o processo de envelhecimento a pessoas que ainda não envelheceram. Por fim, a terceira área que busca a formação de profissionais que trabalharão com as pessoas idosas.

Outro termo ao qual devemos destacar, no estudo da educação de idosos, é gerontagogia, ciência que se aplica na busca de estratégias de ensino-aprendizagem para a Terceira Idade. Este termo foi primeiramente utilizado, segundo Novaes (2000), por Bolton em 1978, mas trata-se de um termo bastante discutido, por ser delimitado pela idade, assim cada faixa etária teria uma denominação diferente.

A gerontagogia leva em consideração as dificuldades de cognição que podem dificultar a aprendizagem na Terceira Idade, propõe estratégias que possam auxiliar na transposição destas dificuldades, como aproveitamento das descobertas feitas pelos alunos, utilização dos seus problemas corriqueiros, para gerar novos dados, análise de informações, pois é necessário mais que a transmissão de informações; é necessário desenvolver a capacidade criativa e a possibilidade de pensar criticamente.

Importa-nos, mais do que a terminologia que é utilizada para tratar da educação na Terceira Idade, evidenciar a evolução do conceito de velhice, sua historicidade.

Para maior entendimento ressaltamos os conceitos que utilizaremos para velhice e envelhecimento. Para Néri (2005) o envelhecimento acarreta algumas perdas, mas não é estático, ao contrário varia de indivíduo para indivíduo, sendo reflexo da genética. Já a velhice é marcada pela questão social, assim a idéia de velhice se transforma à proporção que a expectativa de vida se alonga e a sociedade evolui.

Segundo Beauvoir (1990b) é válido ressaltar que embora os termos velhice e envelhecimento possam parecer equivalentes, é necessário distingui-los uma vez que são determinados por fatores diferentes. O envelhecimento é o processo biológico pelo qual todo indivíduo passa no percurso de sua vida, seu

desenvolvimento positivo ou não dependerá das características genéticas de cada indivíduo, sua classe social, as condições de saúde e higiene, entre outros. Já a velhice varia seu conceito de acordo com a época em que se trata, o seu conceito é mutável ao longo dos anos e em cada sociedade, segundo sua organização social.

Devido à complexidade da questão do envelhecimento, pela sua variabilidade individual e social e temporal, a denominação do que é velhice e de quem pode ser considerado velho, também tornou-se bastante variável no decorrer das décadas como bem ilustra Noberto Bobbio:

Aqueles que escreveram obras sobre a velhice, a começar por Cícero, tinham por volta de sessenta anos. Hoje um sexagenário está velho apenas no sentido burocrático, por que chegou à idade em que geralmente tem direito a uma pensão. O octagenário, salvo exceções, era considerado um velho decrépito, de quem não valia a pena se ocupar. Hoje ao contrário, a velhice, não burocrática mas fisiológica, começa quando no aproximamos dos oitenta. (BOBBIO, 1997, p. 17)

Percebemos assim, sob a perspectiva de Bobbio, que a questão do envelhecimento evoluiu juntamente com a expectativa de vida, sendo necessário observar as variações dos termos os quais utilizamos para tratar da questão do envelhecimento.

Por exemplo, os termos Terceira Idade e idoso podem variar conforme a cultura e desenvolvimento da sociedade em que vivem. Segundo Néri (2005), em países classificados como em desenvolvimento, o indivíduo é considerado idoso a partir dos 60 anos, ao passo que em países desenvolvidos são idosos as pessoas com mais de 65 anos.

Enfim, a periodização ou a definição do processo de envelhecimento deve observar as condições do indivíduo que envelhece, bem como do desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

2.3. Envelhecimento ativo

A sociedade moderna embora já há alguns anos venha convivendo com o processo de envelhecimento populacional, ainda conserva conceitos de que a velhice impossibilita-o para o desenvolvimento de atividades físicas, intelectuais e sociais, este pensamento não condiz com a realidade, uma vez que o envelhecimento é um processo contínuo ao longo do nosso desenvolvimento.

Nas palavras de Néri (2005, p.68):

Definindo em termos biológicos, o envelhecimento compreende os processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência. Esses processos são de natureza interacional, iniciam-se em diferentes épocas e ritmos e acarretam resultados distintos para as diversas partes e funções do organismo.

Esse processo de maturação do organismo não deve ser visto como característica apenas da Terceira Idade ou como incompatibilidade produtiva; segundo a gerontologia desenvolvimento e envelhecimento são processos complementares, que segundo Néri (2005, p. 69), se resumem em:

- mudanças previsíveis, de natureza genético-biológica
- mudanças previsíveis, psicossociais determinadas pelos processos de socialização
- mudanças não previsíveis de alterações devidas à influência de agendas biológicas e sociais.

A Organização Mundial de Saúde (2005) adotou o termo “envelhecimento ativo”, para designar o idoso que continua com atividades, sejam elas de quaisquer espécie, mesmo após a aposentadoria.

Processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”. A expressão ativo refere-se além da capacidade física e da participação na força de trabalho, ao envolvimento do indivíduo idoso nas questões sociais, econômicas,

culturais, espirituais e civis. Diversos fatores determinantes da saúde no processo de envelhecimento foram relacionados ao estilo de vida ativo no envelhecimento, como: cultura, gênero, promoção da saúde e prevenção de doenças, saúde mental, fatores psicológicos, hábitos de vida saudáveis, genética; fatores ambientais, apoio social, educação, fatores econômicos e trabalho. Na literatura gerontológica os benefícios de um estilo de vida ativo e socialmente engajado são enfatizados pelas perspectivas teóricas da atividade e do envelhecimento bem-sucedido. (MOREIRA, 2002, p.13)

Proporcionar meios para o envelhecimento ativo não é somente incentivar atividades físicas ou intelectuais, mas desenvolver o potencial do idoso para o seu bem-estar, físico, social e mental no seu percurso de vida, para que participe da vida social, segundo suas possibilidades e vontades, tendo garantido seus direitos de saúde, segurança e todos os outros que lhes asseguram a lei.

É importante esclarecer que, quando falamos “ativos”, estamos nos referindo não somente à atividade física ou à força de trabalho, estamos falando do idoso ativo como cidadão, como familiar, participando das discussões sobre questões sociais, econômicas e políticas, atuando, de alguma forma, para transformar o meio social a que pertence, assumindo a condição de cidadão coletivo.

A pessoa idosa ativa tem sempre em andamento algum projeto, no qual se empenha e para o qual faz planos. O bem-estar proporcionado pela elaboração e concretização de projetos, resulta no aumento da auto-estima e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

Políticas de envelhecimento ativo são necessárias para permitir que as pessoas continuem a trabalhar de acordo com suas capacidades à medida que envelhecem, e para prevenir e retardar incapacidades e doenças crônicas.

É preciso utilizar todos os meios disponíveis para proporcionar aos idosos a possibilidade de continuarem ativos mesmo após a aposentadoria; este é o meio mais fácil de fazer do envelhecimento uma experiência positiva. O mundo não está pronto e acabado; não temos nenhuma certeza absoluta; há muito o que fazer, há muito o que descobrir, e qualquer idade é a idade certa para agir, para aprender e para ensinar.

Para que a velhice não seja uma irrisória paródia de nossa existência anterior, só há uma solução – é continuar a perseguir fins que dêem um sentido à nossa vida: dedicação a indivíduos, à coletividade, a causas, trabalho social ou político, intelectual, criador. (BEAUVOIR, 1990b, p. 661)

Os idosos que mantêm qualquer atividade que lhes proporcione condições de planejar e executar, são idosos que terão melhores condições de vida, serão mais saudáveis e participativos, criando possibilidades e vivendo sua velhice como parte da vida, não se excluindo de qualquer responsabilidade que o exercício da cidadania lhe requisite.

Segundo Pontarolo (2006, p. 19) "A capacidade de gerir a própria vida com independência e autonomia garante ao idoso uma vida normal, pois a idade cronológica não é critério para a desistência de uma vida ativa." Para a autora, esta capacidade tem que ser construída desde a adolescência, no momento em que o indivíduo, tendo superado a fase da heteronomia (quando as normas de conduta provêm de fora), pode fazer escolhas relativas à sua formação profissional, à sua saúde, à sua participação na sociedade e na cultura do seu tempo.

Como já dissemos, o processo de envelhecimento é lento; talvez por isso não nos damos conta dele, antes que se manifeste de forma bem evidente. Por isso é importante cumprir o que manda o Estatuto do Idoso (2003): incorporar aos conteúdos escolares, em todos os níveis de ensino, o tema envelhecimento.

O envelhecimento ativo pode ser abordado como uma política de Direitos Humanos voltada para os idosos, e envolve independência, participação, dignidade, acesso a cuidados. Com isto acentuamos que não podemos jogar apenas no indivíduo a responsabilidade pela forma como envelhece. São necessárias políticas públicas, que façam com que as leis saiam do papel e garantam a todos, cidadãos de todas as idades, condições dignas de vida e acesso às oportunidades de estudo e de trabalho, políticas que justifiquem a esperança num futuro de realizações pessoais e coletivas.

Alguns fatores são determinantes para um envelhecimento ativo: os valores culturais que são incultados no indivíduo no percurso da vida, as possibilidades de

prevenir doenças que poderiam ocasionar um déficit na participação do idoso na vida cotidiana, a possibilidade de realizar atividades físicas adequadas a cada fase da vida a possibilidade de consumir alimentos saudáveis na quantidade necessária e condições satisfatórias e dignas de trabalho e de moradia.

O envelhecimento ativo depende de uma diversidade de fatores “determinantes” que envolvem indivíduos, famílias e países. A compreensão das evidências que temos sobre esses fatores irá nos auxiliar a elaborar políticas e programas que obtenham êxito nessa área. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005, p. 7, grifo do autor)

O fator genético também pode influenciar na forma de envelhecer, bem como fatores psicológicos, relativos às doenças mentais, em nível de equilíbrio emocional e aos recursos que o indivíduo constituiu ao longo da existência para lidar com as tensões e problemas da vida cotidiana. O ambiente físico e o meio social, como a companhia de amigos e familiares, o companheiro ou companheira, a forma como realiza sua sexualidade, os riscos a que se expõe, tudo isso faz parte do complexo processo de envelhecer, portanto, também do nível de atividade da pessoa idosa.

O “envelhecimento ativo” pode proporcionar alguns benefícios ao idoso, como aumento na expectativa de vida, expectativa de uma vida saudável, com qualidade de vida aos que estão envelhecendo, até mesmo aquelas pessoas que se mostram mais frágeis fisicamente ou incapacitadas, por doenças degenerativas que costumam acometer os idosos.

Chamar a atenção para uma Terceira Idade ativa social, intelectual e fisicamente é questionar o conceito de idoso, associado à idéia de doença e de perda da autonomia. Se, por um lado, não podemos ignorar as dificuldades impostas pelo processo de envelhecimento, até para prevení-las e aprender a lidar com elas, por outro, deve-se realçar a possibilidade de conquistas e boa convivência social.

2.4. Qualidade de Vida na Terceira Idade

Com o crescimento do número de idosos e o aumento da longevidade da população mundial, o termo qualidade de vida tem sido bastante utilizado nos últimos anos, transitando tanto por obras de cunho científico, quanto por anúncios de venda de apartamentos e pacotes turísticos.

A preocupação com a qualidade de vida na velhice ganhou relevância nos últimos 30 anos, na medida em que o crescimento do número de idosos e a expansão da longevidade passaram a ser experiência compartilhada por um número crescente de indivíduos vivendo em muitas sociedades. (NÉRI, 2005, p. 103)

Para Néri (1993), para avaliar a qualidade de vida na Terceira Idade é necessário que se adote critérios biológicos, psicológicos e socioestrutural, que englobam alguns indicadores do bem estar do idoso.

Vários elementos são apontados como determinantes ou indicadores de bem estar na velhice: longevidade; saúde biológica; saúde mental; satisfação; controle cognitivo; competência social; produtividade; atividade; eficácia cognitiva; status social; renda; continuidade de papéis familiares e ocupacionais, e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos). (NÉRI, 1993, p. 10)

Cada um destes elementos insere-se em um campo vinculado à existência humana, como saúde, política, sociologia, economia, passando a atribuir ao indivíduo uma qualidade de vida positiva ou não.

Néri (2007), a qualidade de vida toma para si significações diversas, conforme a especificidade do campo abordado. Na área da saúde o termo qualidade de vida está vinculado à existência (ou não) de doenças mais ou menos graves, que afetam a vida do indivíduo, e a práticas de promoção da saúde, implementadas, especialmente, pela Estratégia Saúde da Família (ESF). Já na área econômica, o termo em questão refere-se às condições financeiras que possibilitem ao indivíduo o

acesso à saúde e lazer. No campo da sociologia e da política o termo qualidade de vida deixa de referir-se ao indivíduo para referir-se ao coletivo, discutindo a forma como a sociedade civil e política faz frente às questões relacionadas ao envelhecimento populacional no meio urbano e rural.

Parente (2006) inicialmente, quando começou a ser utilizado nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, qualidade de vida referia-se às facilidades econômicas, que a população poderia desfrutar, passando posteriormente a referir-se às condições de educação, saúde e ao bem-estar.

A estes significados do termo qualidade de vida, muitos outros poderiam ser anexados. Neste trabalho, utilizaremos o termo qualidade de vida no sentido a ele atribuído pela Organização Mundial de Saúde.

Segundo o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (Grupo WHOQOL, 1995), a qualidade de vida é definida como “a percepção do indivíduo da sua posição na vida, no contexto de sua cultura e dos sistemas de valores da sociedade em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. (PARENTE, *et. al.* 2006, p.21)

Desta forma, se queremos avaliar a qualidade de vida de um grupo social, com o objetivo de introduzir mudanças, teremos que ouvir os indivíduos, entender suas condições de vida, segundo a ótica do grupo a que pertence.

O conceito de “qualidade de vida” não deve ser tomado por uma idéia de “positividade”, deve antes ser tomado mais adequadamente como o “estado” de vida, sendo que esse estado não seria, necessariamente, positivo. (PARENTE, 2006, p. 24)

Minayo (2000) defende que a inserção social, realização pessoal e felicidade são palavras que compõem a noção de qualidade de vida. Assim, o indivíduo que não tenha algumas necessidades básicas atendidas, como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer, distancia-se de uma realização individual e, portanto, de uma qualidade de vida positiva.

Contudo, elementos como violência, desemprego podem comprometer à qualidade de vida não só do indivíduo, mas também de todo grupo social a que

pertence. A exigência do atendimento dessas necessidades mais elementares, também será diversificada de acordo com o meio social e a época histórica, tornando assim o termo qualidade de vida adaptável e variável de acordo com o contexto a que se refere.

Resumindo, a noção do que seja qualidade de vida vai variar de acordo com a cultura, posição social e os objetivos traçados por cada indivíduo, além do tempo que cada um tem para desenvolver seus objetivos. Em outras palavras, a idade é também um fator que influencia na qualidade de vida, principalmente da Terceira Idade. Segundo Lawton (*apud* PARENTE, 2006, p. 2)

Para ele, a avaliação de qualidade de vida na velhice se dá sobre quatro dimensões sobrepostas e inter-relacionadas: condições ambientais (pressupõe que o ambiente deva oferecer condições adequadas à vida das pessoas), competência comportamental (traduz o desempenho dos indivíduos frente as diferentes situações de sua vida), qualidade de vida percebida (reflete a avaliação da própria vida) e bem-estar psicológico ou subjetivo (significa a satisfação com a própria vida, satisfação global e satisfação específica em relação a determinados aspectos da vida), das quais depende a funcionalidade do idoso.

Ambiente adequado compreende habitação sem obstáculos de locomoção, acesso ao saneamento básico; competência comportamental seria a possibilidade de superar as adversidades como perdas de entes queridos, doenças, e para isto é necessário que tenha qualidade de vida percebida, a sensação de ser importante, querido e o bem-estar psicológico, ou seja a ausência de doenças psíquicas bem como condições e vontade de continuar ativo, desempenhando seu papel sóciopolítico.

Esses quatro elementos aliados poderão indicar a qualidade de vida do indivíduo, lembrando que esta será sempre singular. A citação feita por Parente (2006), permite-nos concluir ainda que, o envelhecimento está relacionado às condições sociais e ao meio-ambiente, daquele que envelhece; sendo assim, podemos dizer que todas as transformações sejam elas culturais, econômicas,

tecnológicas, da sociedade contemporânea influenciam no envelhecimento da população.

As condições materiais de vida a que uma pessoa esteve submetida durante toda sua existência afetarão a qualidade de vida na velhice. Mas, também a sua percepção do que seja qualidade de vida e suas atitudes perante as situações podem ser condicionantes de uma qualidade de vida satisfatória ou negativa.

É necessário investir em estudos para explicar como as pessoas envelhecem durante as suas vidas, a fim de identificar quais são os eventos, tanto biológicos, psicológicos como sociais e culturais, que contribuem para um envelhecimento saudável: como também para elucidar os fatores de risco que interferem na qualidade de vida daqueles que estão envelhecendo. (BASSIT E WRITER, *apud* NÉRI, 2005, p. 28)

Devido aos entraves conceituais para definir qualidade de vida, encontram-se também dificuldades na elaboração de métodos que possam fazer amostragem deste termo; são muitas as informações que devem ser levadas em consideração e a diversidade de condições que as diferentes sociedades oferecem. Medir a qualidade de vida de uma população, como os governos pretendem, utilizando o *Índice de Desenvolvimento Humano*, é problemático.

O grupo de pesquisadores da OMS desenvolveu dois instrumentos para medir a qualidade de vida: o WHHOL-100 e WHOQOL-Bref. O primeiro instrumento é composto por 100 questões que avaliam seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e aspectos espirituais. O segundo instrumento corresponde a uma versão abreviada, com 26 questões, retiradas do anterior e cobre quatro domínios: 1- físico, 2- psicológico, 3- relações sociais e 4- meio ambiente (TRENTINI, *apud* MARTINS, 2007, p.33)

Embora sujeitos a questionamentos, estes instrumentos são úteis, se levarmos em conta suas limitações. O estudo da qualidade de vida de pessoas idosas merece ser feito, para melhorarmos o resultado dos trabalhos com idosos, proporcionando melhores condições de envelhecimento, desenvolvendo ações

preventivas, diminuindo a ocorrência de fatores que impedem uma Terceira Idade com qualidade de vida positiva.

Outra questão, que devemos considerar, quando se fala em qualidade de vida, são os benefícios, pensões e aposentadorias, que os idosos recebem.

Contudo, ao longo das últimas décadas as condições objetiva de vida dos idosos se deterioraram violentamente, o que pode ser constatado pela brutal defasagem dos proventos dos aposentados. Um dirigente do Movimento de Aposentados e Pensionistas, é enfático ao referir-se à situação dos dependentes da Previdência Social: “é possível que nós tenhamos aqui aquela situação... não precisa decretar a pena de morte para os trabalhadores: basta aposentá-los”.(HADDAD, 1993, p. 12)

Não podemos ignorar que os benefícios recebidos são frequentemente insuficientes, como ressalta Haddad, e não permitem um envelhecimento digno para uma grande parcela da população.

Segundo Martins (2007), a questão econômica confere ao idoso um papel socialmente ativo, perante a sociedade e a família, uma vez que assim dispõe de crédito, para atender suas necessidades de consumo e consequentemente para movimentar a economia.

Com uma aposentadoria que não satisfaça suas necessidades, o idoso torna-se dependente de outras pessoas para sobreviver, bem como terá uma noção de qualidade de vida não positiva, uma vez que a qualidade de vida é a função de vários aspectos da vivência do indivíduo, podendo assim variar segundo a expectativa que cada pessoa desenvolve para si, ou seja, quanto menor for a distância entre o desejado e o realizado, tanto melhor será avaliada a qualidade de vida.

O termo qualidade de vida pode ser considerado uma noção também variável levando em consideração o tempo histórico, a cultura, e ainda a classe social à qual o idoso pertence, que definem formas de convivência e necessidades de consumo.

Um dos fatores que podem proporcionar uma noção de qualidade de vida positiva é a educação, podendo esta inserir ou reinserir o indivíduo na sociedade em que vive, consciente de direitos e deveres, agente das mudanças pelas quais passa. Para tanto, trataremos da educação de idosos na próxima capítulo.

3. EDUCAÇÃO DE IDOSOS

Trataremos aqui da educação como práxis transformadora, no contexto das lutas democráticas. O termo *práxis* é utilizado no sentido dado a ele por Vazquez (1977), significando atividade teórico-prática, ao mesmo tempo subjetiva e objetiva. Embora leve em consideração as ações de caráter prático-utilitário, que dão conta das necessidades imediatas, não se limita a estas ações; a teoria que integra a práxis, por sua vez, só pode fazê-lo se contribuir para ampliar o conhecimento da realidade, o processo histórico que contribui para que a realidade seja o que é e nos ajude a fazer antecipações relativas aos resultados.

Do ponto de vista teórico é na Pedagogia Progressista, pensada por Georges Snyders, especialmente na perspectiva do pensamento freiriano, que assentaremos nossa reflexão.

Considerando os limites deste trabalho e, para não nos distanciarmos muito das questões que o motivaram, vamos nos referir de forma breve ao processo histórico que resultou no grande contingente de idosos, especialmente de mulheres idosas, que ficaram à margem das conquistas educacionais e dos avanços científicos e tecnológicos. No recorte que fizemos, focalizamos a América Latina, estendendo, com a ajuda de Gentili (2008) o nosso olhar para um pouco além das nossas fronteiras.

Segundo Gentili (2008), nos últimos 50 anos do século XX, ampliou-se a oportunidade de acesso às escolas. Países da América Latina e do Caribe expandiram seus sistemas educacionais para além de seus crescimentos demográficos, possibilitando assim o acesso ao ensino fundamental, médio e universitário.

A ampliação do acesso à educação diminuiu significativamente o número de analfabetos nos países latino-americanos, fazendo com que alguns deles se aproximassem dos países desenvolvidos na questão da alfabetização.

Nas palavras de Gentili (2008, p. 32). “Contudo, a América Latina e o Caribe estão muito longe de serem o paraíso educacional que as estatísticas aqui apresentadas parecem desenhar.”

Ainda parafraseando Gentili (2008), durante os cinqüenta anos em que se presenciou o crescimento do acesso à educação nos países da América Latina e no Caribe, foi no mesmo período que essas localidades tornaram-se as mais injustas e desiguais do planeta. Em outras palavras, embora se tenha cumprido a promessa de acesso à educação, esta não contribuiu para a melhoria das condições de vida da população latino-americana e caribenha.

No início da década de 80, estudos realizados pela UNESCO, já revelavam a fragilidade das reformas empreendidas no sistema educacional em questão.

O projeto denominado “Desenvolvimento e Educação na América Latina e Caribe” (UNESCO/ CEPAL/ PNUD), coordenado por Germán Rama, destaca, entre outros fatores, que: os sistemas educacionais viviam uma expansão notável, que colocava em evidência sua inadequação às necessidades das grandes massas; a inércia institucional e política do sistema comprometia seriamente as possibilidades de democratização efetiva da educação; a persistência de formas de exclusão e marginalização educacionais tendiam a se tornar cada vez mais complexas; a segmentação do sistema contribuía para o baixo nível de aprendizagem, principalmente entre os meninos e meninas mais pobres; a cultura das elites, hegemônica no sistema educacional “tradicional” chocava-se com a cultura popular e com os códigos lingüísticos dos setores sociais beneficiados pela expansão escolar, reproduzindo um modelo autoritário de imposição cultural; o crescimento das matrículas, contraditoriamente, evidenciava a crise ou, diretamente, a inexistência de uma educação popular. (GENTILI, 2008, p. 33)

Ainda o mesmo estudo, “Desenvolvimento e Educação na América Latina e Caribe”, dirigido por Germán Rama (GENTILI, 2008), destaca a negatividade de reformas “burocráticas”, indicadas por equipes técnicas e impostas sem a devida preocupação com a aplicação educacional. Em outras palavras, possibilitou-se o acesso da população à escola, contudo, a qualidade de ensino ofertada foi mais uma forma de exclusão, uma vez que os recursos destinados à educação não foram suficientes para a elevação do número de vagas nas escolas. Colocaram-se pessoas

com poucos recursos financeiros em escolas ainda mais pobres do que seus alunos, sem material adequado às atividades escolares, espaço físico inadequado, além da insuficiente e má qualificação dos profissionais e sua precária remuneração.

Ou seja, a ampliação de vagas em escolas públicas não mudou a situação social dos países latino-americanos; mais do que acesso à educação é necessária a qualidade do ensino ofertado, buscando assegurar à sua população políticas educacionais que promovam a igualdade social, e possivelmente esse seja um desafio ainda maior que a ampliação de vagas ocorridas nas últimas décadas.

Outro desafio que se estende à educação, na perspectiva de Gentili (2008), é subtrair-lhe o papel econômico. É bastante usual, e isso não só nos países latino-americanos, associar o ato educativo à possibilidade de entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sucesso financeiro. Mas Gentili (2008, p. 147) lembra “Nem todos os que tiverem educação poderão sonhar em gozar dos benefícios gerados pelo bem-estar econômico.”

O verdadeiro papel da escolarização é o acesso ao saber científico e cultural, transformando o indivíduo em cidadão crítico e participativo da sociedade na qual está inserido.

A razão de ser da educação, em uma sociedade radicalmente democrática, reside em sua capacidade para gerar barreiras cognitivas e axiológicas, saberes e valores, sensibilidades e práticas que operam como defesas individuais e coletivas contra a humilhação que a violação dos direitos humanos produz. (GENTILI, 2008, p. 149)

O indivíduo inserido em um contexto educativo está melhor preparado para enfrentar os desafios que a sociedade moderna vive, estando hábil para se opor a quaisquer discriminação ou transgressão a seus direitos, que possam sofrer.

Com o passar dos anos, após a aposentadoria os idosos normalmente sentem-se excluídos do processo social por terem deixado de acompanhar as transformações sociais e tecnológicas. Diante dessa dificuldade o idoso pode excluir-se totalmente, abandonando-se à improdutividade e às vezes até mesmo à depressão ou reagir a essa dissocialização procurando integrar-se novamente à

sociedade e à família. Um dos meios pelo qual essa adaptação pode ocorrer é através da educação.

A educação é o caminho para o desenvolvimento do homem e da sociedade. As conquistas daí advindas passam, gradativamente, a integrar a cultura de um povo e desencadear transformações. Ela é a principal estratégia da identidade cultural, na busca da humanização da realidade e da vida. Seu conteúdo é um instrumento de realização do ser humano no seu ambiente social, e sua forma é a que se adapta à condição desse indivíduo, para fazê-lo ascender de sua condição humana atual para outra melhor. (CASARA, CORTELLETTI E BOTH (org.) 2006, p.8)

Voltar aos estudos, às leituras ou aos bancos escolares é um meio de recuperar a auto-estima, de sentir-se integrado à sociedade, de realizar-se como pessoa. Uma grande aliada, nesse sentido, têm sido as Universidades da Terceira Idade (UNATI), que oferecem oportunidades educacionais à população idosa, independente do seu grau de instrução.

As oportunidades educacionais são apontadas como importantes antecedentes de ganhos evolutivos na velhice, porque se acredita que intensificam os contatos sociais, a troca de vivências e de conhecimentos, e o aperfeiçoamento pessoal. (CACHIONI, 1998, p. 3)

A educação na vida do idoso exerce papel de objetivo, de projeto, que enriquece a Terceira Idade. A busca pelo conhecimento faz os idosos se sentirem incluídos tanto no convívio com a família, quanto na sociedade, além da satisfação de perceberem-se capazes de aprender coisas que não tiveram oportunidade enquanto jovens ou de tomarem contato com as novas tecnologias que ainda nem existiam, há algumas décadas.

É bastante comum pensarmos a educação para as crianças, pensando na continuação dos estudos, na preparação para graus mais elevados de escolarização ou para os jovens, como meio de formação profissional; acabamos por nos esquecer de que o processo educativo é algo mais, que educação é projeto para a vida inteira.

A necessidade de acentuar a possibilidade educacional se torna imprescindível quando se trabalha com pessoas idosas, que muitas vezes carregam o estigma da impossibilidade de aprender coisas novas ou de ainda conseguir mudar o rumo das suas vidas. (LIMA, 2000, p. 139)

Quando falamos em educação para idosos, não falamos em uma educação preocupada somente com a certificação, mas uma educação que vise a colocar o idoso em sintonia com o seu tempo. É através da educação que o idoso terá possibilidades de inserir-se em programas de informática, o que proporcionará acesso a um mundo de informações, tornando possível uma nova forma de comunicação; além disso, o idoso pode conhecer as novas tecnologias, inclusive as que são usadas em tratamentos de saúde, mergulhar no universo da arte, seja para apreciar, seja para produzir; enfim, há muito o que aprender, não porque é idoso, mas porque é humano, um ser em movimento, que nunca está pronto. A interação entre as pessoas da mesma idade, mas com diferentes experiências de vida, nas Universidades da Terceira Idade, é um fator que afeta positivamente a vida do idoso, tanto do ponto de vista intelectual, quanto afetivo, e faz com que muitos que ingressam nesta modalidade de educação não queiram deixá-la.

O papel das instituições de educação é primordialmente no sentido de oferecer aos idosos, atualização e aquisição de novos conhecimentos, por meio de uma Educação Permanente, oportunizando que o idoso, inserido individual e coletivamente ao seu meio, se torne mais competente, autônomo, solidário e valorizado. (Proposta Pedagógica da Universidade da Terceira Idade – UCS, em construção). (CASARA, CORTELLETTI E BOTH (org.) 2006, p.138)

Assim, podemos perceber o papel de potencializadora que a educação pode exercer no indivíduo idoso, impulsionando seu desenvolvimento nas mais diversas áreas de sua existência, proporcionando-lhe uma Terceira Idade com qualidade de vida positiva.

Segundo Doll (2008), a educação de idosos pode ser pensada em seis diferentes dimensões, que seriam áreas beneficiadas por atividades educacionais na Terceira Idade.

Ainda para Doll (2008), haveriam benefícios para o idoso na dimensão socioeducativa, ao passo que pode desenvolver a capacidade da convivência social. Na dimensão do lazer, pois pode preencher o tempo livre, com atividades educativas. E por fim, na dimensão compensatória que a possibilidade de alcançar na Terceira Idade, o aprendizado que não foi possível na juventude.

Na concepção de Doll (2008), a educação pode auxiliar na dimensão compensatória, que seria a possibilidade do idoso, por meio da educação, compreender o mundo e intervir na sociedade, na qual está inserido. Na dimensão de atualização, o idoso pode acompanhar as evoluções tecnológicas, pelas quais passa a sociedade, por meio do auxílio de atividades educacionais.

Por fim, na dimensão de manutenção da capacidade cognitiva, que consiste na possibilidade de manter o funcionamento cerebral na Terceira Idade, ponto de reflexão deste trabalho e ao qual retornaremos adiante.

Enfim, depreendemos das palavras de Doll (2008), que a educação na Terceira Idade atinge diferentes focos do desenvolvimento, sendo assim impulsionadora e importante aliada na preservação do sujeito pensante e atuante, cidadão ciente de seus direitos e deveres diante da sociedade, portanto um dos meios de proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida.

3.1. Educação e Qualidade de Vida

A educação pode figurar como um dos fatores para a melhoria da “Qualidade de Vida” dos idosos, por ser esta um meio de atualização e inserção social. Ao relacionarmos educação e qualidade de vida, faz-se necessário evidenciar o trabalho das Universidades Abertas à Terceira Idade. Desde a década de 70 do século XX, quando se iniciaram as discussões sobre educação de idosos muito já avançaram as

discussões acerca dos benefícios e da maneira como proceder à educação da Terceira Idade e são exemplos plausíveis deste avanço as UNATI, que têm cumprido esse papel de maneira satisfatória.

A Educação Permanente apresenta-se como instrumento de promoção de uma velhice bem-sucedida, isto é, com boa qualidade de vida biológica, psicológica e social. Intensifica os contratos sociais, a troca de vivências e de conhecimentos e promove o aperfeiçoamento pessoal e a flexibilidade intelectual de adultos maduros e idosos. (NÉRI, 2005, p. 65)

Por isso a necessidade de práticas pedagógicas que auxiliem nos moldes de aprendizagem, uma vez que ao passo que adquirimos a consciência que o avançar dos anos dificulta em alguns aspectos a aprendizagem, como o aumento no tempo da reação e o declínio lento no pensamento criativo. Como já dissemos, o cérebro continua aprendendo, pois a mente continua seu desenvolvimento, ou seja, o cérebro envelhecido quando bem utilizado continua útil, e ainda mais enriquecido, por consequência das experiências vividas.

O cérebro envelhecido necessita de caminhos diferentes para enviar as mesmas informações, de um cérebro jovem, isso se deve à necessidade de adaptação às novas realidades ocasionadas pelo envelhecimento.

No entanto esse envelhecimento, ou seja, a capacidade intelectual no idoso faz parte de suas responsabilidades, pois quanto maior for sua atividade cerebral, maior será sua possibilidade em manter essa capacidade, podendo esta atividade até mesmo auxiliar na prevenção de doenças, como afirma Nuland, em seu livro, “A arte de envelhecer”.

Corredores, leitores, pensadores e pessoas ativas estão influenciando o processo de envelhecimento e o funcionamento saudável do cérebro humano, tirando proveito da sua capacidade de mudá-los com o uso e de sempre expandir as suas possibilidades.(NULAND, 2007, p. 36)

Contudo, embora tenhamos observado que algumas atividades colaboram para a melhoria da qualidade de vida por decorrência da ativação cerebral, é

necessário salientar que, outros fatores contribuem para que o idoso não tenha um envelhecimento positivo. Esses fatores podem ser tanto internos, como as doenças ocasionadas pelo tempo, condição emocional ou externos como ambiente, situação financeira entre outros, todos esses fatores influenciarão a vivência da velhice.

Na velhice, quanto mais às perdas forem avaliadas como adversas, de difícil manejo e incontroláveis, maior será o seu potencial para causar problemas de adaptação, à depressão, à infelicidade e ao isolamento. (NÉRI, 2007, p. 22)

Os fatores apontados por Néri têm real importância uma vez que percebemos a qualidade de vida segundo a consciência que a pessoa tem de si, como ela sente sua existência, ou seja, quanto menor for sua auto-estima, seu contentamento consigo mesmo, mais difícil será envelhecer.

Podemos dizer que a qualidade do envelhecimento do idoso é fruto do ambiente e das situações que vivencia. Sendo assim importantes contribuidores para a positividade na qualidade de vida na Terceira Idade, a família, aspectos socioeconômicos, saúde, lazer. E, por fim, um último contributo, para proporcionar uma boa qualidade de vida aos idosos, e que pode englobar todos os anteriormente citados, a educação. Através de uma Educação Permanente o idoso pode ser inserido em um ambiente agradável, de convivência com pessoas que vivem transformações semelhantes às suas. Por meio de propostas educacionais voltadas à Terceira Idade, poderão aprender mais sobre o seu corpo, o que lhes é possível realizar, o que deve ser adaptado.

Já citamos anteriormente os benefícios de uma atividade intelectual na Terceira Idade, e os da atividade física são amplamente divulgados, assim nos permitimos falar somente que o idoso, em um contexto educacional, terá a possibilidade de integrar-se à sociedade em que vive, e às mudanças por que esta vem passando.

Educação é formação do homem, tentando integrá-lo ao social, buscando os fins coletivos. Não uma educação informativa apenas, mas uma educação como processo, enquanto vinculado à história do

ser que aprende, inserido no seu tempo e na sociedade, ambas em permanente evolução. (LIMA, 2000, p. 140)

Enfim, diante de todo o exposto podemos concluir que a educação é também um meio de proporcionar aos idosos, qualidade de vida positiva, pois lhes dá condições de conhecer novas pessoas, para seu convívio, seus direitos de cidadão e suas potencialidades.

É através de uma Educação Permanente que poderemos incentivar à leitura e o aprendizado, de maneira a proporcionar ao idoso o amadurecimento intelectual, o que acabará por proporcionar melhores condições de enfrentar as adversidades do envelhecimento, bem como de potencializar suas ações como cidadão.

3.2. Educação Permanente

No estudo da educação de idosos esbarramos em uma questão que deve ser considerada: a aproximação dos objetivos traçados para a educação de idosos com as características da Educação Permanente. Gadotti (1982) em seu livro “A Educação contra a Educação” traça essas características. Para ele as correntes da Educação Permanente se justificam pela “proliferação” de idéias e concepções propagadas de forma “anárquica”, sem um elo que as tornem um discurso educacional único.

Gadotti (1982, p. 28), define a Educação Permanente como “a palavra de ordem capaz de reunir as correntes, de reduzir as concepções opostas e de alargar o próprio conceito de educação”.

Em outras palavras, para Gadotti (1982) a Educação Permanente é a junção de todas as teorias, caminhos que se apontam para a educação em um sentido único e mais amplo, no sentido de “universalidade” em meio à sociedade ampla e em constante evolução.

É verdade, a Educação Permanente se apresenta como característica da modernidade. Todavia, há na idéia de Educação Permanente um fenômeno estranho; de um lado apresenta-se como nova ligada à noção de progresso, desenvolvimento, crescimento, etc., e, de outro, justifica-se pelo passado, que jamais foi feito e o que sempre fez. (GADOTTI, 1982, p. 56)

Entendemos, das palavras de Gadotti, que a Educação Permanente é moderna, por suas características de inovação, de contínuo aperfeiçoamento, mas, ao mesmo tempo, nos remete a períodos mais remotos, onde a educação poderia exercer um papel de redentora do homem.

Outra observação feita por Paulo Freire no prefácio ao livro de Gadotti é sobre a junção do adjetivo permanente ao substantivo educação, para Freire a educação por si tem característica de permanência.

A educação é permanente, I – na medida mesma em que os seres humanos, enquanto seres históricos, e com o mundo, são seres inacabados e conscientes de seu inacabamento; II – na medida em que se movem numa realidade igualmente inacabada. Numa realidade contraditória e dinâmica, realidade que não é, pois que para ser tem de estar sendo. Este caráter permanente da educação não tem nada que ver, porém, com a chamada Educação Permanente que você ludicamente critica. (FREIRE *apud* GADOTTI, 1982, p. 16, 17)

A inadequação do uso do adjetivo permanente aliado à educação se daria por um equívoco, quando coloca-se a Educação Permanente encerrando nela mesma. Contudo, Freire ressalta “Estas sociedades necessitam da educação “em permanência”, mas não da educação “permanente”. (*apud* GADOTTI, 1982, p.17)

Ao realizar uma leitura histórica do que seria a Educação Permanente poderíamos ter a impressão de não se tratar de nada mais que uma ideologia, uma vez que muitas vezes está preocupada puramente com a formação profissional do indivíduo esquecendo-se da formação do projeto existencial do homem, essa seria uma das grandes críticas ao que se denomina Educação Permanente.

A Educação Permanente é perigosa e perversa justamente porque intoxicando permanentemente o trabalhador com uma formação puramente técnica e científica, aplicando-lhe doses continuadas de formação profissional, é impossibilitado de interrogar-se sobre si mesmo, sobre a finalidade do seu trabalho, sobre sua própria condição. Torna-se assim, o homem que não domina os instrumentos que utiliza.

Um homem que deve descobrir, explicar contabilizar, classificar, manipular o mundo mesmo sem tomar conhecimento de sua própria existência nesse mundo.

Educação Permanente surge, com virulência, o mito da formação, o culto da educação e, em consequência, o esquecimento da sua própria questão. (GADOTTI, 1982, p. 148, 149)

A Educação Permanente como foi idealizada negligencia a formação do indivíduo crítico, alienado do contexto de conflitos e discussões presentes na sociedade, em outras palavras a forma como se colocou em prática a teoria da Educação Permanente tende a alienar o homem como cidadão, buscando primordialmente a formação para o trabalho, tendo em vista as constantes transformações por que passou a sociedade no último século.

E neste “esquecimento”, da concepção do indivíduo como projeto capaz de debater sobre suas possibilidades e limites, é que consiste a crítica de Gadotti (1982) a Educação Permanente, já que para o autor a educação deve proporcionar ao indivíduo a possibilidade de tomar decisões e participar das escolhas na sociedade em que vive e na “Educação Permanente, como ideologia, não há mudanças qualitativas, mas sim uma continuidade”.

Ainda podemos dizer baseados na obra “A Educação Contra a Educação”, que a idéia de Educação Permanente em um primeiro momento surgiu apenas como um novo termo para designar a educação de adultos, qualquer que fosse a modalidade. A seguir aplicava-se o termo a toda e qualquer ação educacional que visava uma transformação radical do sistema educativo.

Por fim, na década de 70 dava-se início à elaboração de projetos práticos para se chegar a um sistema de Educação Permanente, onde o indivíduo poderia retornar aos seus estudos, a qualquer momento, em qualquer nível que tivesse sido interrompido. Não se trata do prolongamento da escola, mas de um projeto cujo objetivo seria a reestruturação das instituições de ensino de todos os níveis, a fim de

fortalecer a educação formal e informal, de modo que estes se tornassem não antagônicos, mas complementares.

Contudo, para Gadotti (1982, p. 168) a Educação Permanente deve significar mais do que reestruturação de currículos e prolongamento de escolaridade: A Educação Permanente significa que não terminamos jamais de nos tornar homens e que não terminamos jamais de ser, de nos tornar juntos, a caminho, ao longe das relações com o outro.

Assim, o homem não será mais homem pelo fato de estar inserido em um processo de Educação Permanente, mas esta lhe dará requisitos que lhe permitirá lutar pelo que lhe é de direito. Esta sociedade mais justa se dará através do diálogo e da crítica, ferramentas pelas quais o homem se coloca como sujeito, membro de um grupo, pois estar no mundo não garante a cidadania, esta só se dará através da participação ativa no cotidiano social e nas decisões políticas que afetam todos os cidadãos.

Segundo Furter (1974), em sua obra, “A Educação Permanente e Desenvolvimento Cultural”, a educação é o meio pelo qual o homem terá desenvolvimento cultural, passando a ser agente de seu próprio desenvolvimento. Contudo, já não basta a educação de alguns anos que segue os mesmos métodos e conteúdos para todas as idades. A sociedade em evolução constante, exige algo diferenciado que não iguale ímpares ou que estratifique o conhecimento em determinados tempos escolares.

A Educação Permanente é um dos modos de formação de uma sociedade moderna, onde o processo de aprendizagem deve ser contínuo uma vez que, com os avanços tecnológicos, as informações estão em constante renovação, necessitando ser o cidadão um indivíduo dinâmico para acompanhá-las.

Alguns fatores contribuem para o aumento da importância da Educação Permanente, além da necessidade de contínua formação do indivíduo: com o crescimento populacional da Terceira Idade, vemos a necessidade de desenvolver atividades que não permitam a estatização intelectual e, conseqüentemente, a desatualização profissional e cultural, desta faixa etária.

Furter (1974, p.115) “[...] a necessidade de renovar os conhecimentos e de se “reciclarem” para não caírem na rotina e ficarem marginalizados para isso necessitam de uma “reeducação” acelerada que lhes permita adaptar-se a essas mudanças.”

Contribuem para essa necessidade de atualização de seus conhecimentos os avanços sociais e tecnológicos, pois cada vez é maior o volume de conhecimento necessário para entender a realidade e movimentar-se nela com agilidade. As inovações tecnológicas, por outro lado, sempre nos colocam novos desafios e exigem novas aprendizagens.

Para aqueles que passaram dos sessenta anos, a Educação Permanente, principalmente, é a possibilidade de manter-se ativo físico e intelectualmente, permanecendo assim em sintonia com as mudanças ocorridas na sociedade. Furter (1974), destaca que diante dessas novas exigências que a sociedade moderna impõe a seus integrantes percebemos a necessidade de uma ação pedagógica, que integre o indivíduo, não apenas o informe, criando condições para que o homem possa ser o agente de seu desenvolvimento. Ou seja, com a possibilidade de tornar a vida humana, um processo de formação contínuo, deve formar-se o pensamento crítico, propiciando a participação do indivíduo como produtor e consumidor da informação, um sujeito que transforma o seu meio ambiente.

Como já salientamos, os objetivos que traçamos para a Educação Permanente não serão alcançados com a educação formal: é necessário que se criem métodos diferenciados, uma vez que a Educação Permanente não tem prazo para término e dispõe de uma fórmula interdisciplinar a qual deve traçar planos para o crescimento na participação do indivíduo em seu papel social.

A Educação Permanente, por sua lógica específica, nos leva a uma nova etapa de sua própria evolução, em que é conceituada como estratégia cultural – e não somente educativa – cuja definição dependerá da escolha política de recursos humanos e de seu relacionamento com o desenvolvimento cultural, tais como foram, determinados no processo de desenvolvimento integral. (FURTER, 1974, p.150)

Para a Educação Permanente, o homem nunca acaba de amadurecer, independentemente de idade, gênero e situação econômica, a Educação Permanente lhe fornecerá os meios necessários para esta formação, utilizando técnicas que formem cidadãos integrados de seu papel social.

Furter (1974, p.155,156) define como tarefas que cabem à Educação Permanente:

1. Instrumentalizar a cada cidadão para aumentar-lhe a capacidade analítica, tanto em relação a ele mesmo como ao grupo a que pertence ou à situação nacional.
2. Tornar as populações capazes, graças a um esforço intelectual crítico de interpretar, compreender, e sobretudo confrontar a realidade com os planos e projetos de desenvolvimento.
3. Estimular atitudes criadoras e imaginativas que, em determinada situação, procurem todas as possibilidades existentes para suscitar fatores geradores de novos valores.
4. Ensinar a organizar a vida no tempo e especialmente no tempo livre e disponível, para que este não seja mais um tempo de ociosidade.

Fazer do indivíduo cidadão crítico, capaz de reagir à sua situação de vida, bem como do grupo a que pertence, através da interpretação dos fatos e da reivindicação de políticas públicas que auxiliem numa melhor qualidade de vida, além de auxiliar na organização do tempo não consumido pelas atividades do cotidiano, são tarefas que uma educação de modo permanente auxiliará o indivíduo a desempenhar. Se pensarmos estas tarefas no cotidiano de um adulto idoso, percebermos que uma Educação Permanente será subsídio para que o idoso permaneça atuante em sua realidade.

Observando a síntese elaborada por Schons e Palma (*apud* PANTAROLO, 2008, p.38), dos estudos realizados pela Unesco, na década de 80, sobre a educação da pessoa idosa, têm-se os seguintes pontos:

- a- considerar menos o conteúdos e mais o despertar nela a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar influenciando na sua vida. Aumentando o senso de suas responsabilidades, a pessoa idosa poderá melhorar sua saúde física e mental, o que contribuirá

para que ela se afirme cada vez mais no dia a dia e no seu comportamento social.

b- minimizar o isolamento, a solidão em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com pessoas de sua geração e, também, com as de outras gerações.

c- proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além de conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento ainda, atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos.

d- proporcionar a tomada de consciência das pessoas idosas da riqueza de sua vida pessoal e profissional e da importância da comunicação de sua experiência a outras gerações, desenvolvendo o equilíbrio e a compreensão mútua num mundo tão conflitado e que muda rapidamente.

Num enlace entre os objetivos da Educação Permanente e as necessidades da educação de idosos, como fizemos anteriormente, perceberemos pontos congruentes como quando Furter (1974) fala em instrumentalizar o cidadão para sua vivência consigo e com o grupo, Schons (*apud* PANTAROLO, 2008, p.38) em sua síntese dos estudos da Unesco argumenta a diminuição do isolamento em que vivem muitos idosos.

Para a Educação Permanente fala-se em criar o cidadão crítico, para que este compreenda a realidade, nos estudos da Unesco lê-se aumentar a responsabilidade social do idoso.

Proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre o processo do envelhecimento, desenvolvendo o equilíbrio e a compreensão do mundo é o que relata Schons (*apud* PANTAROLO, 2008, p.38). Estimular atitudes criativas e ensinar a organizar a vida no tempo e especialmente no tempo livre e disponível, para que não seja um tempo de ociosidade é o objetivo da Educação Permanente, traçado por Furter (1974).

Observando a síntese dos estudos da Unesco e fazendo um paralelo com os objetivos da Educação Permanente traçados por Furter (1974), perceberíamos que são complementares ao passo que se preocupam com a criação da oportunidade de independência do indivíduo tanto física quanto intelectualmente.

A educação, como aperfeiçoamento integral e integrado do ser humano que envelhece, deve ter uma ação que promova a aquisição de condutas, atitudes e sentimentos, para gerar capacidade de autonomia na aprendizagem; despertar motivações para o aprender, estimulando o gosto e as bases para a aprendizagem ao longo da vida; o aprender a conhecer, visando à melhoria da qualidade de vida e à promoção do sujeito que envelhece. (CASARA, CORTELLETTI E BOTH (org.) 2006, p.141)

Tomando o sentido mais amplamente aceito, pelos estudiosos da educação de idosos, como Anita L. Néri (2005) e Meiri Cachioni (1998), o termo Educação Permanente poderia ser entendido como a socialização e a culturalização do ser humano ao longo de sua existência, desde a sua infância, no período anterior ao período escolar, até a velhice no que poderíamos chamar período pós-escolar, ou seja após cumprido o processo de escolarização para a formação profissional.

Contudo, embora o aspecto de continuidade, é necessária a diferenciação entre os termos Educação Permanente e Educação Continuada. Educação continuada corresponde à educação convencional de adultos, ou seja, o prolongamento da vida escolar ou a sua efetivação, para aqueles que não tiveram uma formação acadêmica, na idade tida como adequada. O prolongamento a que nos referimos é a adequação do profissional, aos requisitos exigidos pela sociedade, em outras palavras seria a qualificação, a capacitação do profissional que busca a conformidade às evoluções sofridas e geradas pela sociedade.

Quanto à Educação Permanente é necessário observar ser um processo ininterrupto, que ocorre em qualquer circunstância da vida, sendo desencadeada pelas transformações que o indivíduo passa, seja no aspecto social, político ou cultural, no decorrer de sua vida.

Utilizado pela primeira vez na Segunda Conferência de Educação de Adultos, realizada em 1960, cujo tema discutido era a educação de adultos, um mundo em evolução, embora o termo possamos dizer ainda recente, já demonstra os primeiros indícios na Antiguidade, da preocupação com a educação dos adultos e idosos, contudo o termo mesmo sendo recente, revela uma antiga preocupação:

A vida dos homens nas “sociedades em mudança” não é mais, como nas sociedades “estáveis”, dividida estritamente em três idades: a juventude, a idade adulta e a velhice; a primeira considerada como idade da escola, da aprendizagem, a segunda como a idade do trabalho e da produção e a terceira como a idade do repouso e da aposentadoria. As “sociedades modernas” ou “sociedades em mudança” exigem uma revisão desses períodos e oferecem as possibilidades de prosseguir a aprendizagem começada na infância e de repartir o lazer e o trabalho sobre a vida inteira. (HUBERMANN, p. 40, *apud* GADOTTI, 1982 grifos dos autores)

O ser humano está em constante evolução, necessitando de estímulos que lhe incentive a ser crítico, nas situações do cotidiano. A educação é a maneira de proporcionar ao indivíduo o conhecimento cultural e científico que possibilitará ao indivíduo a inserção ao meio social que a pertence.

O ser humano é visto num continuum de crescimento e desenvolvimento de potencialidades e possibilidades, cuja tarefa está sempre inacabada. Esse crescimento é promovido pela educação e nela a aprendizagem se efetiva no espaço social constituído pela comunidade a que o indivíduo pertence. (CASARA, CORTELLETTI E BOTH (org.) 2006, p.12)

Um dos grandes problemas da sociedade com o indivíduo que envelhece, e deste com o seu envelhecimento, é a percepção da velhice como o fim. A sociedade preconiza o indivíduo como gerador de força de trabalho e renda, afinal vivemos o capitalismo, portanto, para fazer parte da sociedade é necessário ser economicamente ativo, assim, o idoso que chegou à aposentadoria vê sua força de consumo diminuída, seja por cortes sofridos em seu salário ou pelo aumento dos gastos em medicamentos e planos de saúde, qualquer uma das situações diminui efetivamente o poder de consumo, podendo esta situação ser agravada se este ainda não aprendeu a desenvolver atividades alternativas, que lhes proporcione renda extra, entretenimento e convívio social.

Neste ponto a Educação Permanente vem em auxílio dos que envelhecem, pois vê o ser humano em contínua formação. Assim a vida não poder ser vista terminada aos 60 anos, e a Terceira Idade como um à parte da vida. Segundo o

conceito de Educação Permanente, o ser humano pode ter diferentes formas de acesso ao saber, à cultura nas mais diversas idades, sem limite de tempo ou lugar, ou seja a educação pode-se dar em todo o lugar e tempo.

Mas é válido ressaltar a necessidade da organização, a transformação da possibilidade educativa em ato intencional, percebendo neste a possibilidade de crescimento pessoal e participação na sociedade em que está inserido.

O papel da educação é fundamental na formação de um indivíduo, uma vez que a inserção do ser humano na sociedade ocorre a partir da sociabilidade adquirida. (CASARA, CORTELLETTI E BOTH (org.) 2006, p.25)

O voltar aos estudos, às leituras, é um meio de recuperar a auto-estima e o relacionamento dos idosos: é devolver-lhes o gosto e a expectativa por uma vida onde seu papel não se resigne à aposentadoria e ao ócio. Grande aliado nesse sentido têm sido a UNATI, pois além de colaborar para a ativação cerebral do idoso, através de seus projetos pedagógicos elaborados pensando em seu alunado, é também uma possibilidade que este tem de manter a convivência com os de sua mesma idade, facilitando assim a socialização, de um modo geral.

Esses aspectos da universidade transforma-a em um ambiente onde é possível a promoção de uma Terceira Idade ativa. São claras as situações aonde os idosos inseridos nestas instituições ganham vida, pois a educação na vida do idoso passa a exercer papel de objetivo, de projeto, que enriquece a Terceira Idade.

Assim, pensarmos na educação para o idoso é pensar na construção de um novo indivíduo, que esteja preparado para enfrentar as situações próprias do envelhecimento, tomando então consciência de que não está à margem da sociedade, mas sim que é necessário que ele aprenda a enfrentar os desafios do envelhecimento para assim estar preparado para as incompreensões da sociedade, para isso é necessário aprender sobre biologia, gerontologia, geriatria, psicologia, etc. Ou seja, o idoso inserido em um processo de Educação Permanente torna-se mais valorizado, ao passo que se conhece melhor.

Seja qual for o argumento que utilizemos para defender a educação na Terceira Idade, o importante é que esta é uma grande aliada para manter-se vivo,

pensante e atuante, um cidadão ciente de seus direitos e deveres diante da sociedade, pois a questão a ser respondida é: qual o papel do idoso na sociedade em que vivemos? Mais que recursos financeiros, a sociedade coloca a função do idoso, ser ou não ser “produtivo”, ser ou não ser cidadão, ser ou não ser sujeito da história, protagonista em um mundo que se transforma, atuando neste mundo e transformando-se com ele.

Do ponto de vista ético, a universidade deverá garantir a condição de desenvolvimento e convivência humana. E enquanto sociedade preparar o indivíduo para sua vivência em grupo, disseminando em suas políticas o respeito às diferenças.

Além dos pontos básicos que fizemos menção, a proposta político-pedagógica de uma Universidade Aberta à Terceira Idade deve primar pelo conhecimento e conscientização. Conhecimento do processo de envelhecimento, de modo geral, além é claro de outras áreas de interesse do alunado, como artes, história e poesia. Conscientização dos limites, mas principalmente das possibilidades de ultrapassar esses limites, impostos pelo envelhecimento. Para isso a universidade deve buscar:

[...] um melhor atendimento do processo de envelhecimento, a partir de um ponto de vista multidisciplinar, isto é, de um conhecimento em movimento, em circuito pedagógico que avança o ir das partes ao todo e do todo às partes, concebendo a unidade do fenômeno envelhecimento.

De elaboração, execução e avaliação de projetos, propostos que possam subsidiar o novo paradigma de envelhecimento que está a exigir a transformação da educação superior.

De criação de alternativas para o idoso assumir funções ativas e participativas na sociedade.(CASARA, CORTELLETTI E BOTH (org.) 2006, p.28)

Na busca pelos pontos citados, para que se chegue aos objetivos de uma Universidade Aberta à Terceira Idade, as universidades precisam desenvolver suas funções vitais: a pesquisa, o ensino e a extensão, para que assim, colocados em prática de maneira articulada, possam atender às expectativas dos idosos que buscam, nessas instituições, a melhoria de sua qualidade de vida.

A perspectiva de mudanças contínuas, bem como a possibilidade de tornar a Terceira Idade em continuidade da vida, com novos aprendizados, lazer e atividades, através de Educação Permanente, foi o impulsionador da criação da primeira Universidade da Terceira Idade, na década de 70, segundo Cachioni (2003)

3.2.1 Universidade da Terceira Idade

Segundo Cachioni (2003) lembrar que o indivíduo não é um papel em branco, ou seja que todos em qualquer idade podem aprender ou proporcionar ensinamento, faz-nos acreditar na educação como possibilidade de transformação e possivelmente tenha sido o impulsionador da criação da Universidade da Terceira Idade.

A iniciativa de educação para adultos idosos não é antiga, esta prática teve seu início somente quando esta faixa etária começou a incomodar, seja pelo inchaço do sistema previdenciário, ou no convívio familiar.

Quando eles ganharam maior visibilidade por causa do envelhecimento populacional e por causa do aumento da longevidade, várias sociedades passaram a tomar providências práticas para garantir o que passou a ser reconhecido como direito desse grupo etário e como necessidade social. (CACHIONI, 2003, p. 43, 44)

Cachioni (in: NÉRI, 2005), com o objetivo de propiciar mudanças na concepção e vivência da Terceira Idade, Pierre Vellas, um reconhecido professor de direito da Universidade de Toulouse, França, criou em 1973, o primeiro programa de Universidade da Terceira Idade.

Nas palavras de Cachioni;

Universidade da Terceira Idade são programas de caráter universitário e multidisciplinar voltados à adultos maduros e idosos. Têm como pressuposto a noção de que a atividade promove a saúde, o bem-estar psicológico e social e a cidadania dessa clientela geNÉRICamente chamada de Terceira Idade. Os programas

oferecem oportunidades para participação em atividades intelectuais, físicas, sociais, culturais, artísticas e de lazer. (in: NÉRI, 2005, p. 207)

Ainda segundo Cachioni (2003) em um primeiro momento a Universidade da Terceira Idade era um misto de atividades físicas, intelectuais e culturais, que terminavam com o período letivo. Posteriormente em 1974 a Universidade da Terceira Idade de Toulouse proporcionava a seus freqüentadores atividades que duravam o ano todo, com centros diferenciados para o verão e para o inverno, contando para isso com o apoio de prefeituras e associações. Foi da mesma data a criação da Universidade Radiofônica da Terceira Idade, com o intuito de beneficiar os idosos que não podiam se locomover.

Ao mesmo tempo em que Toulouse se aprimorava, outros programas eram criados, impulsionados pela intensa procura por parte dos idosos, a UNATI se propagou não somente na França, como por todo o mundo. Contudo, mesmo com os mesmos objetivos, de inserção do idoso na sociedade, esses programas espalharam-se pelo mundo, desenvolvidos de maneiras diferentes, gerando dois modelos distintos de programa.

O rápido crescimento das Universidades da Terceira Idade, em todo o mundo, gerou dois modelos diferentes de programas. O modelo francês original, que tem suas bases no sistema tradicional universitário e que recebeu alterações à medida que a clientela foi se tornando heterogênea, e o modelo inglês criado em Cambridge, no ano de 1981, que se baseia no ideal de auto-ajuda. (NÉRI, 2005, p. 207)

Contudo, mesmo divergindo no modelo de criação as duas propostas, o modelo francês criado em Toulouse e o inglês criado em Cambridge têm o mesmo objetivo, a melhora na qualidade de vida dos idosos através da possibilidade educacional que possibilitem a convivência em sociedade.

As Universidades da Terceira Idade passaram por uma mutação, na década de 80, a fim de atender a uma clientela mais exigente e com novas reivindicações, contudo são mudanças estruturais que não perdem o objetivo inicial de

transformação da vida dos idosos. São alterações como, a incorporação de novos objetivos, inserção social do idoso, atualização de conhecimentos, o incentivo às pesquisas, bem como a criação de cursos universitários com créditos e diplomas.

Outro aspecto a se ressaltar é a variedade de nomes que acabaram por surgir para designar o mesmo tipo de programa universitário, voltado ao idoso, Universidade da Terceira Idade, Universidade Aberta à Terceira Idade, Universidade Adulta, entre outros. Segundo Néri (2005) o nome que se dá ao programa está ligado à sua ideologia e aos seus objetivos.

Maria Helena Novaes em seu livro “Psicologia da Terceira Idade” (2000), ressalta a importância das Universidades Abertas à Terceira Idade e de como elas devem ser organizadas.

O importante é que as UNATIS tenham uma filosofia da ação bem determinada e uma ideologia sócio-cultural e educativa explícita, não devendo ser percebida para passar mais depressa o tempo, a tendência hoje é promover programas e encontros intergeracionais, a fim de facilitar também a convivência, a troca que facilita a vivência social prazerosa. (NOVAES, 2000, p. 149)

No Brasil as primeiras experiências de educação de idosos partiram do SESC, que em 1977 iniciam atividades educacionais aliadas às atividades de recreação, que a instituição já ofertava.

A primeira experiência brasileira de educação para os adultos maduros e idosos foi implementada pelo Serviço Social do Comércio - SESC. Os Grupos de Convivência surgiram na década de 60, com a mesma metodologia de serviço social e desenvolvimento da sociabilidade, que era usada para crianças, jovens e adultos. Sua programação foi criada a partir dos programas de lazer, destinados ao preenchimento do tempo livre. No início da década de 70, influenciadas pelos programas franceses, foram criadas as Escolas Abertas para a Terceira Idade, que exigiam um público com melhor qualificação educacional, tendo a finalidade de oferecer aos idosos informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento; programas de preparação para aposentadoria e atualização cultural. (CACHIONI, 1998, p. 47)

Segundo Cachioni (NÉRI, 2005) a primeira Universidade a realizar atendimento ao idoso foi a Universidade Federal de Santa Catarina, em 1982, contudo, somente na década de 90, do século XX, é que os programas voltados ao idoso, saltam de 6 em 1990, para 140 em 1999, espalhando-se por diversos estados brasileiros.

Meire Cachioni estudiosa da educação de idosos, defende a importância das UNATIS em artigo publicado no livro “Palavras-chave em Gerontologia”, organizado por uma das precursoras no estudo da Terceira Idade, Anita Liberalesso Néri. São mais de 20 anos de história bem-sucedida, em que os programas revelaram-se como espaços privilegiados para a realização da educação de adultos maduros e idosos, para a realização de pesquisa e para a formação de recursos humanos. (NÉRI, 2005)

A história bem-sucedida a que se refere Cachioni, deve-se ao fato de ser a universidade o espaço apropriado para a socialização, bem como para a aquisição de novos conhecimentos e o engajamento político dos idosos. Enfim, a universidade é um espaço democrático onde o idoso pode ser estimulado a exercer sua cidadania, bem como melhorar sua convivência familiar.

Exercer cidadania é dar condições aos idosos de serem sujeitos de sua história pessoal e de exercerem seus direitos civis, políticos e sociais, também no plano coletivo, de participarem da vida social em todas as suas instituições e movimentos sociais. É importante que se sintam motivados a exercer, de forma mais próxima possível, a cidadania efetiva, que dê qualidade à vida e que lhes assegure viver com dignidade. (GOLDMAN, 2000, p. 12)

Se analisarmos o conceito do que é universidade, entenderemos que este é o espaço para que se desenvolva a melhoria da qualidade de vida na Terceira Idade. Para ilustrar o dito, utilizamos do conceito de universidade traçado por Casara, Both e Cortelletti (2006, p.21,22):

Instituição social inserida em uma determinada sociedade, que se preocupa com o homem e o meio em que vive, numa perspectiva de

emancipação humana. A sua função social diz respeito ao processo educativo, cultural e científico.

A universidade prima por uma educação baseada em valores cidadãos, por uma participação ativa na sociedade e por ser um espaço de encontro e comunicação humana convivente, no qual a celebração do conhecimento e da sabedoria dá-se no convívio sistemático.

Entre as contribuições que a universidade pode proporcionar aos idosos podemos destacar a melhoria da vida social, mental, familiar e o incentivo à cidadania.

O idoso inserido em uma Universidade da Terceira Idade, seja qual for sua ideologia, terá uma melhor compreensão do mundo em que vive, ampliando assim suas possibilidades de interagir com a cultura de seu tempo e manejar ferramentas tecnológicas.

As novas tecnologias, ao mesmo tempo que trazem benefícios à pesquisas científicas, distanciam o contingente idoso do acesso a elas. É mais um desafio que os idosos têm que enfrentar: acompanhar o avanço tecnológico incorporado em seus cotidianos através de cartões digitais para receber seus benefícios, cartões eletrônicos, para saldos, verificar preços no supermercado em terminais eletrônicos, entre outros. (GOLDMAN, 2000, p. 16)

Em outras palavras a Universidade da Terceira Idade é a possibilidade do idoso se inserir nos avanços tecnológicos presentes no cotidiano de qualquer indivíduo, representando para o idoso a independência, em atividades comuns do seu dia-a-dia, que envolvam inovações tecnológicas.

Contudo, a contribuição da universidade na vivência da Terceira Idade não se restringe às tecnologias: este espaço aberto à educação do idoso colabora também para uma melhor convivência na sociedade e na família.

Ao frequentar a Universidade da Terceira Idade o idoso amplia o círculo de relações, favorecendo as relações intergeracionais, contribuindo para a inserção do idoso nas questões sociais que exigem a participação de todos, como contribui também para maior participação deste em questões políticas, promovendo o exercício da cidadania.

Nas relações familiares, o idoso que participa de uma Educação Permanente, oferecida principalmente pelas UNATI, reduz o nível de dependência, estimulando o auto-cuidado, amplia a compreensão dos fenômenos produzidos na esfera familiar, trabalha questões relativas às relações familiares, reduzindo as tensões e os atritos comuns na vida cotidiana que provocam muitos desgastes.

Goldman (2000), empreendeu uma pesquisa, que resultou em sua tese de doutorado, em duas Universidades da Terceira Idade localizadas no Rio de Janeiro. Na pesquisa com os alunos, falando sobre as mudanças que a inserção na universidade lhes trouxe, a pesquisadora destaca:

As mudanças verificadas com mais intensidade referem-se aquelas de caráter pessoal. O resgate da auto-estima, a descoberta de novos espaços de novas possibilidades de aprender, de conviver, de diminuir a solidão foram recorrentes em diversas falas. O fato de estarem participando de uma experiência universitária parece, aos alunos, um dos pontos de destaque em seus cotidianos. Outra marca recorrente em diversas falas refere-se ao orgulho de se perceberem capazes de mudar, de ultrapassar desafios. (GOLDMAN, 2000, p. 20)

Essa visão da universidade como ponto de melhoria da convivência social, bem como de meio para aquisição de novos conhecimentos, é bem lembrada por Novaes (2000, p.149): “Para Laura Mello Machado, do Instituto de Gerontologia da Faculdade Cândido Mendes, a função maior da Universidade para a Terceira Idade é social, a melhoria do nível de convivência, a expansão do conhecimento e o resgate de uma cidadania produtiva.”

Assim as Universidades Abertas à Terceira Idade representam hoje um espaço importante para as pessoas idosas, proporcionando-lhes uma Educação Permanente, de modo que estas sejam cidadãs conscientes de seus deveres e direitos, com melhor qualidade de vida. Podemos ver hoje na educação o limiar de uma velhice com melhores condições de vida, mas para essa melhoria é necessária a mudança de conceitos e enfrentamento de preconceitos instalados na sociedade, é preciso também buscar soluções para a superação de dificuldades que se apresentam com o avançar dos anos, e que exigem novas estratégias pedagógicas.

3.2.2 Educação formal, não-formal e informal

O processo educativo é vital para o desenvolvimento intelectual humano e pode se dar de diferentes maneiras e em diversos lugares, assim ao abordarmos a questão educacional, principalmente a educação de idosos, cabe-nos ressaltar os diferentes aspectos da educação que pode se dar de maneira formal, informal ou não-formal.

Tanto quanto a educação formal, a educação não-formal constitui-se numa modalidade educativa de natureza intencional. Educação informal abrange todas as possibilidades educativas, no curso da vida do indivíduo, construindo um processo permanente e não organizado [...] (CARO, 2003, p. 26)

A educação formal é aquela oferecida pelo sistema de ensino oficial e obrigatório, que visa à formação científica cultural, organizada sequencialmente e ofertado nas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores do Ministério da Educação.

O primeiro conceito, a educação formal, é aquela educação clássica, organizada em instituições específicas de ensino, que possui uma determinada sequência, uma estrutura, um currículo e conduz normalmente um determinado nível de instrução, oficializado por um diploma. (DOLL, 2008, p. 13)

A educação informal se dá de forma permanente ao longo da vida, ou seja, são processos espontâneos que se dão naturalmente, através dos meios de comunicação, leitura, na relação familiar ou com amigos. Em outras palavras a educação informal ocorre ao longo da vida de acordo com as relações sociais desenvolvidas no cotidiano.

Finalmente encontramos a educação informal, que se refere a uma educação pela convivência, sem que haja uma intencionalidade

expressa ou uma organização específica para alcançar determinados objetivos. (DOLL, 2008, p. 13)

Quanto a educação não-formal, esta prima pelo compromisso do indivíduo consigo e com o grupo, sendo o espaço e o tempo estipulado pelo interesse deste. Os conteúdos abordados podem ser os mesmos da educação formal, mudando apenas a abordagem metodológica utilizada.

Em confronto com a educação formal ela possui uma elasticidade muito grande, dado seu distanciamento em relação às regras burocráticas da sociedade política. Nessa distinção, a educação não-formal inclui, sem dúvida, os meios de comunicação de massa, os projetos de saúde e higiene públicas, a publicidade oficial ou não, os grupos da sociedade civil que se reúnem com finalidades comuns específicas. (CURY, 1995, p. 105)

Segundo Garcia (in Simson, 2001), na educação não-formal a aprendizagem acontece de maneira livre, ou seja, sem que haja necessidade de definir obrigações ou de empreender métodos de repreensão uma vez que o indivíduo está envolvido no processo de ensino/aprendizado. A educação não-formal envolve a realidade do indivíduo bem como as suas possibilidades de transformação social, mas isso não significa que não possa ter local e tempo determinado.

A educação não-formal não conta com a rigidez da educação formal, contudo não chega ao descomprometimento da educação informal, pois ao contrário desta a educação não-formal conta com uma intencionalidade por parte dos envolvidos, como salienta Gohn (1999, p. 100), na educação não-formal:

existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar.

Segundo Afonso (1992, p. 90) a educação não-formal para cumprir seu papel de transformador social deve respeitar alguns pontos como:

- 1- apresentar caráter voluntário;
- 2- promover sobretudo a socialização;
- 3- promover a solidariedade;
- 4- visar o desenvolvimento;
- 5- preocupar-se essencialmente com a mudança social;
- 6- serem pouco formalizados e pouco hierarquizados;
- 7- favorecer a participação;
- 8- proporcionar a investigação e projetos de desenvolvimento;
- 9- ser, por natureza, formas de participação descentralizadas.

A educação não-formal teve uma maior valorização na sociedade moderna pelo seu caráter de flexibilidade e de preocupação com o desenvolvimento individual e social, trabalhando, observando os desejos e necessidades da comunidade com a qual pretende trabalhar, acarretando assim um maior envolvimento de seus participantes pela identificação com o processo de aprendizagem.

Enfim, os programas de educação não-formal não precisa necessariamente seguir um sistema sequencial, podem ter duração variável, e podem, ou não conceder certificados de conclusão, por tais características a educação não-formal é a que melhor atende às necessidades da Terceira Idade.

3. 3. Pedagogia Progressista e a função pedagógica do Modelo em Snyders

Georges Snyders, em sua obra “Pedagogia Progressista” (1974, p.18): “Educar é propor modelos, escolher modelos, conferindo-lhes uma clareza, uma perfeição, em suma, um estado que, através da realidade do dia-a-dia, não será possível atingir.”

Ao colocar o aluno frente aos modelos não se pretende podá-lo, ou refrear sua criatividade, mas tão somente utilizar a produção humana até hoje, para conduzir o aluno à aquisição científica, bem como a possibilidade de participar das lutas de seu tempo, de modo que possa contribuir para mudanças na sociedade a que está inserido. A pedagogia progressista dá primazia ao que chamamos modelos, mas estes não são a única preocupação.

Sua metodologia parte da necessidade e do desejo do aluno, da realidade ao seu redor, ou seja do imediato, para chegar ao teórico: o teórico por sua vez auxiliará na mudança da visão do imediato, possibilitando uma nova ação sobre eles, ou seja a mudança.

Para Snyders (1974) a escola é palco da luta de classes exploradas e as forças progressistas, pode funcionar como meio de libertação, assim podemos perceber que a escola progressista atende às necessidades educacionais do idoso, uma vez que busca a reconstrução do ambiente e a transformação do mesmo, nela o homem deve sentir-se responsável pelo bem social. Como já dissemos, a matéria é a própria vida do educando e o estudo é o esforço em resolver um problema.

Para a escola progressista é necessário preparar o homem para resolver e indagar seus problemas, preparando-os para um futuro desconhecido e imprevisível. Cabe também à escola o papel de promover a prática democrática, ou seja, o regime onde cada indivíduo conta plenamente como pessoa. O maior incentivo para o aprendizado são as necessidades físicas, intelectuais ou morais do organismo. Essas necessidades no homem, são variáveis e dependentes do ambiente social dos hábitos, das atitudes e das informações que tem o indivíduo que aprende.

Por tais características podemos perceber a relação entre objetivos da escola progressista e o conceito de alegria na aprendizagem, desenvolvido por Snyders. A alegria a qual nos referimos não é um estado de graça ou algo parecido, falamos da alegria de compreender e descobrir a realidade e poder atuar sobre ela é o poder saber, conhecer fazendo sua escolha crítica, entre diversas possibilidades que nos são oferecidas.

Snyders (1974), defende uma pedagogia que possibilite a formação do indivíduo que lhe permita realizar-se como cidadão, atuante na sociedade modificando-a, superando as contradições e problemas que esta apresenta.

Os documentos, “Plano de Ação Internacional de Madrid sobre o Envelhecimento 2002” e “Declaração Política” apresentam, como objetivos fundamentais: que os idosos possam desfrutar plenamente de seus direitos humanos; envelheçam de forma segura e fora do alcance da pobreza; participem integralmente da vida econômica, política e social, e tenham a possibilidade de realização em sua

idade mais avançada. Destacam também iniciativas a serem adotadas em três perspectivas prioritárias: Idosos e desenvolvimento; Melhoria na Saúde no bem-estar da População Idosa e Criação de Condições Favoráveis ao Desenvolvimento de uma Sociedade para todas as Gerações. (CASARA, BOTH, CORTELLETI, (org.) 2006, 24)

Observamos através da citação destes documentos a crescente preocupação das políticas públicas com a questão do envelhecimento populacional, tão urgente quanto quaisquer outras prioridades da população. A questão do idoso começa a ser desenvolvida em documentos das mais diversas áreas da administração pública. Seria possível afirmar que vivemos a reconstrução da identidade social, com caminhos sendo delineados para a valorização da Terceira Idade, basta observarmos que além do Plano de Ação Internacional e da Declaração Política, poderíamos citar ainda alguns documentos da legislação brasileira, Lei 8.842/94, Política Nacional do Idoso, Portaria 1.395/99, Política Nacional de Saúde do Idoso, Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso, Lei 9.394/96, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além da Declaração de Hamburgo, todos esses documentos e leis versam sobre direitos da pessoa idosa no intuito da efetivação de seus direitos e da melhoria da sua qualidade de vida.

3.4. Educação de idosos nos Documentos Oficiais

A Conferência de Hamburgo (CONFITEA V), promovida pela UNESCO em 1997, representa um importante ponto de desenvolvimento da política das Nações Unidas, uma vez que esta estabeleceu o vínculo entre a Educação de Adultos e o desenvolvimento da humanidade.

Já em seu discurso de abertura, Frederico Mayor, diretor da ONU, salienta a importância da educação para o jovem e adulto e por consequência para o idoso. A educação em geral, a educação de adultos, em especial, é uma área em que, mais que em outro lugar é

importante demonstrar imaginação, saber inovar. (UNESCO, 1997, p. 09)

Nesta mesma abertura, lamenta a morte do educador Paulo Freire, educador respeitado no meio educacional que salientava o caráter libertador da educação. O vínculo que ele estabeleceu entre alfabetização e libertação revolucionou completamente nossa concepção de educação. (UNESCO, 1997, p. 09)

Paulo Freire tornou-se o herói do fraco e do oprimido, pois acreditava que a educação poderia reformular a sociedade, sua prática estava fundamentada no diálogo permanente entre a teoria e a prática.

[...] a educação de adultos em si pode levar a essa sabedoria a contribuir com o processo de auto-afirmação, que permite ao indivíduo tomar seu lugar na vida social, no interesse do desenvolvimento, da democracia e da paz. (UNESCO, 1997, p. 14)

O adulto tomando contato com a educação, mesmo após o que chamamos, idade escolar, se aproximará das funções efetivas de cidadão, podendo arguir em seu favor, bem como dos seus. A educação facilitará também a formação do trabalhador, que necessita algumas qualificações básicas para o seu desempenho. Além disso, a educação é direito do cidadão idoso, não um favor dos poderes públicos que têm por obrigação manter professores capacitados, a atender essa faixa etária, de maneira que se mantenham ativos e criativos.

Percebemos como principais pontos da Declaração de Hamburgo (1997, p. 30):

- Chave para o Século XXI
- Modeladora da identidade do cidadão
- Independente da idade, oportunidade para desenvolver o potencial individual
- Oportunidade de reconhecimento para todos
- Cultura de paz
- Diversidade e Igualdade
- Educação como contribuição para a promoção da saúde e da prevenção de doenças
- Acesso às informações
- Atenção à pessoa idosa (artigo 21 da declaração de Hamburgo)

Esses são os principais pontos que destacamos da Declaração de Hamburgo, todos sempre versando sobre a educação, como promotora do ser humano e do seu desenvolvimento.

A educação, devido ao processo contínuo de formação do homem, acaba por tornar-se um processo perene. Podendo a educação desenvolver no indivíduo um sujeito crítico e consciente do seu papel social.

A educação representa a possibilidade do idoso manter ou tornar-se ativo e consciente de sua cidadania, mas para que o acesso à educação seja disponibilizado a todos é necessário a observância das leis que versam sobre o idoso e seu direito à educação.

A velhice precisa receber um olhar e um início de reconhecimento social que não existe na memória social da modernidade, iniciando pela efetivação de uma política eficaz para esse segmento etário. (OLIVEIRA, 1999, *apud* OLIVEIRA, no prelo, p. 20)

Atendendo às necessidades de uma política pública que corresponda aos anseios dos idosos, que já não aceitam mais sua segregação à inatividade e diante da sociedade moderna desejam ser ativos e participativos, exercendo seus direitos de cidadãos e reivindicando os que lhes são negados, como de uma sociedade que não mais pode suportar o estereótipo de velhice, arraigado ao longo dos séculos, a partir da constituição de 1988, iniciou-se um projeto de política pública, voltada ao idoso.

Art. 3º. República deve promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou discriminação de qualquer natureza.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230 A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BRASIL, 2004)

Contudo, como é possível perceber a Constituição de 1988 vê o idoso apenas como responsabilidade da família e do Estado, tirando deste o curso de sua existência. Assim esta mediante a sociedade moderna tornou-se insuficiente passando a ser necessidade da Terceira Idade e reivindicação da sociedade leis que melhor atendessem o envelhecimento contemporâneo.

A sociedade política também assumiu sua responsabilidade diante desse novo panorama demográfico brasileiro, elaborou a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. São leis elaboradas para preservar os direitos do idoso e evitar que essa faixa etária sofra discriminações e seja marginalizado na sociedade brasileira. (OLIVEIRA, no prelo, p. 22)

A Constituição tanto não se efetivou que em 1994, constituiu-se a Política Nacional do Idoso que em seus principais pontos diz (Artigo 3.º):

- I- A família, a sociedade, o estado têm o dever de assegurar aos idosos todos os direitos da cidadania, garantindo a participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito à vida.
- II- O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos.
- III- O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza.
- IV- O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política. (BRASIL, 2002)

Ainda não obstante acrescentou em 2003, à Constituição e à Política Nacional do Idoso o Estatuto do Idoso, que novamente reforça grande parte dos pontos principais no que se refere ao idoso, na constituição e da Política Nacional do Idoso, contudo, com alguns avanços relacionados, especialmente no que concerne à educação:

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (BRASIL, 2004)

No entanto, o que “a priori” denota evolução na busca pelos direitos do cidadão, mostra-nos também a ineficácia das leis no Brasil, como também o preconceito vigente na sociedade brasileira, pois se houvesse respeito às leis, como o Estatuto do Idoso ou à própria Constituição, e à pessoa, não se faria necessária a criação de novas leis.

Assim, elaborar leis específicas para essa faixa etária não se configura como avanço positivo, ao contrário, acusa a existência do desrespeito ao idoso, aos direitos como cidadão, portanto direitos universais, fragilizando econômica, social e politicamente esse segmento etário. (OLIVEIRA, no prelo, p. 22)

Assim, é uma necessidade do momento em que vivemos desenvolver uma política social de respeito aos direitos da Terceira Idade, uma vez que a urgência não são novas leis que beneficiem aos idosos, mais urgente é que as já existentes sejam respeitadas, no intuito de lhes oferecer oportunidades de usufruir melhores condições de qualidade de vida.

4. ATIVIDADE INTELECTUAL NA TERCEIRA IDADE

Néri (2006) o início do século XX foi marcado na psicologia pela idéia de que a velhice é composta apenas de perdas, não havia assim, espaço para o empenho no estudo do desenvolvimento ao longo da vida no pensamento científico e cultural da época, uma vez que a noção de declínio na velhice imperava.

Contudo, alguns fatores contribuíram para a retomada de estudos que datavam do século XVIII e XIX, estudos estes que iam na corrente contrária ao negativismo frente à velhice, conforme afirma Néri, era o início do desenvolvimento de um novo enfoque para o envelhecimento.

Nascia a Psicologia do Envelhecimento, caracterizada pela adoção de um enfoque de desenvolvimento ao longo de toda a vida (lifespan), o qual gerou novas metodologias, uma enorme quantidade de dados empíricos e novas perspectivas teóricas, mais orientadas à explicação de aspectos específicos do envelhecimento do que à elaboração de grande sistemas. (NÉRI, 2006, p.18)

O processo de desenvolvimento ao longo da vida foi definido por Paul Baltes como mudanças, influenciadas pela genética e pela sociedade, que acontecem de maneira contínua, não sendo somente perdas como também ganhos.

Segundo Néri (2006), Baltes descreveu os princípios do desenvolvimento intelectual na velhice em dez pontos principais, dos quais destacamos aqueles que melhor abordam nosso objetivo de estudo.

- 1- Há declínio da capacidade intelectual, que dependem do funcionamento neurológico, sensorial e psicomotor.
- 2- O declínio não significa incapacidade ou incompetência, a reserva, acumulada ao longo da vida, pode ser utilizada para compensar o declínio na capacidade intelectual.
- 3- O envelhecimento intelectual ocorre de maneiras diferentes para cada indivíduo, dependendo essa variação de influências de fatos históricos-culturais, intelectuais e incidência de patologias.
- 4- É possível alterar o desempenho intelectual do idoso por meio de intervenção clínica, educacionais e experimentais.

- 5- As oportunidades culturais são mais importantes do que a base genético-biológica para as mudanças qualitativas da inteligência na velhice.
- 6- As metas e emoções do indivíduo são elementos importantes para o funcionamento intelectual do idoso.

Segundo Baltes (*apud* Néri, 2006) com o envelhecimento há redução da capacidade intelectual, uma vez que esta depende do funcionamento neurológico, mas isto não significa que o idoso deixa de raciocinar, somente que este utilizará meios diferentes, como a experiência acumulada ao longo de sua vida para compensar as perdas. O autor ressalta ainda que cada pessoa sentirá o envelhecimento de acordo com sua história de vida, e que as atividades culturais contribuem mais para manter a capacidade intelectual na Terceira Idade do que propriamente as heranças biológicas.

A posição assumida por Baltes encontrou eco no pensamento de Castiel (1999) acerca da “molecularização do risco”, em que o peso da herança genética é revitalizado e os fenômenos humanos considerados em toda a sua complexidade.

Outro ponto que o autor destaca, é a importância do idoso vislumbrar na atividade intelectual a realização de suas metas, tornando assim as atividades intelectuais prazerosas e um estímulo ao desenvolvimento de sua vivência como cidadão.

Nesta sessão discorreremos sobre a forma como algumas pessoas idosas mantiveram-se intelectualmente ativas, produzindo novos conhecimentos, apropriando-se de conteúdos científicos e culturais. Escolhemos para ilustrar a possibilidade de uma vida intelectualmente ativa, após os 60 anos, pessoas de diferentes campos do saber, cujo curso de vida expressa, cabalmente, a viabilidade de um envelhecimento onde o sujeito esteja inserido na vida cultural, social e política de seu tempo.

Com o passar dos anos, após a aposentadoria os idosos sentem-se excluídos do processo social por terem deixado de acompanhar as transformações sociais e tecnológicas que regem o cotidiano dos indivíduos ainda atuantes no mercado de trabalho. Diante dessa dificuldade o idoso pode excluir-se totalmente, abandonando-se à improdutividade e, às vezes, até mesmo à depressão ou reagir a essas

dissociações procurando integrar-se novamente à sociedade e à família, um dos meios para que essa readaptação ocorra é a educação.

A Educação Permanente é vista como fundamental para a adaptação do idoso, que necessita acompanhar o acelerado processo de mudanças sociais e tecnológicas que vêm ocorrendo no mundo. O idoso que, ainda em idade avançada, se mantém envolvido em atividades educacionais demonstra níveis mais altos de satisfação e bem-estar físico e mental (O' BRIEN,1992. *apud* CACHIONI, 1998, p.23)

O idoso quando inserido em um processo educativo dispõe de melhores possibilidades de acompanhar o constante processo de mudanças, pelos quais passa a sociedade, desencadeando uma melhor qualidade de vida, além de desenvolver sua criticidade que o impulsionem a exigir seus direitos e a exercer seus deveres, pela constante construção do indivíduo, como ressalta Todaro;

[...] a Educação Permanente representa uma construção contínua dos conhecimentos e aptidões do ser humano, assim como de sua capacidade de agir, permitindo-lhe tomar suas próprias decisões e ter consciência de si próprio e do mundo que o rodeia, sendo um modo de exercer sua cidadania conscientemente. (TODARO, *apud*, WEBBER; CELICH, 2007, p. 127)

O idoso com a oportunidade de desenvolver como cidadão busca a melhoria da qualidade de vida, pela reconstrução social, ou seja, em sua formação o cidadão idoso percebe a possibilidade de uma velhice com dignidade pelo respeito aos seus direitos, recuperando assim sua autoestima e sua dignidade.

A busca pelo conhecimento dinamiza as relações com familiares e o diálogo com a sociedade, além, do sentimento de autoeficácia ao aprender coisas que não tiveram oportunidade enquanto jovens ou de tomarem contato com as novas tecnologias que ainda nem existiam quando eram jovens, em uma sociedade que se renova a cada instante.

É bastante comum pensarmos a educação para as crianças ou para os jovens, na perspectiva da formação profissional, e acabamos por nos esquecer de

que o processo educativo é algo mais, que educação também é o ato de nos moldarmos às situações, ou seja, é o desenvolvimento do indivíduo, para que este se desenvolva na sociedade e participe de sua construção.

Não faltam argumentos para defender a Educação Permanente na Terceira Idade, falta, isso sim, que reconhecida como um direito social, receba os recursos necessários à sua implementação.

Trataremos a seguir, inspirados por Georges Snyders, um discurso que tem caráter ilustrativo em relação aos argumentos acima apresentados. A obra de Snyders (1995), “Feliz na Universidade”, é um estudo a partir de biografias, com as quais o autor se propõe a provocar uma reflexão pedagógica, apresentando situações reais, vividas em circunstâncias determinadas por pessoas que tiveram acesso aos bens culturais disponíveis no tempo histórico em que viveram, ou vivem, e de que forma este fato repercutiu no processo de envelhecimento.

George Snyders (1995) estudando a vida de grandes intelectuais, cientistas e artistas - de Goethe a Simone de Beauvoir, passando por Kandinsky, Rilke e Kafka, - recolhe exemplos de felicidade vivida na relação com o conhecimento, na possibilidade de ampliar a compreensão do mundo, e conseqüentemente, sua participação neste mundo.

Também é esta a nossa intenção ao elegermos algumas biografias para pensarmos as possibilidades de um envelhecimento ativo, do ponto de vista intelectual, social e político.

Mais adiante mostraremos as possibilidades, evidenciadas nas biografias, de que o envelhecimento não implique a marginalização social do idoso, nem uma “paralisação” da produção de conhecimentos.

Buscaremos com o estudo das biografias citadas, traçar pontos congruentes entre as trajetórias analisadas que auxiliem na comprovação dos benefícios de uma atividade intelectual constante.

4.1. Envelhecimento Ativo e Atividade Intelectual: estudo a partir de algumas biografias

Tomamos por empréstimo o subtítulo do livro “Felizes na Universidade” de George Snyders (1995), para anunciar nosso objetivo de estudo, ou seja, analisar algumas biografias para tomá-las como modelo da ação positiva da atividade intelectual na Terceira Idade.

O modelo é potencialmente didático para apontar caminhos, para despertar inspirações. O que tomamos por modelo com sua própria vida, com seus atos indica posturas e atitudes compatíveis com um determinado sistema de valores. Temos consciência de que esta opção comporta riscos, como bem nos lembra Snyders.

Isto não impede que tomar biografias como documento de base suscite problemas difíceis: em primeiro lugar, trata-se de exemplos; um exemplo não é uma prova, mas antes um tema de reflexão: devo pois me contentar em pôr em evidência casos suficientemente típicos em que a cultura universitária, a vida universitária produzem alegria; (SNYDERS, 1995, p. 13)

Ao adotarmos a mesma tática de estudo de Snyders, através da análise de algumas biografias, buscamos a ilustração da força da nossa idéia, ou seja, reforçar a hipótese de trabalho que procuramos defender, de que há uma relação entre a educação formal, a aprendizagem do sistema de conteúdos socialmente valorizados e uma vida intelectualmente ativa na velhice e por consequência uma Terceira Idade mais lúcida, participativa, ou seja, a educação contínua ao longo da vida pode proporcionar uma qualidade de vida positiva na Terceira Idade.

Fizemos a opção por utilizar biografias, de alguns intelectuais de grande reconhecimento nos meios científicos e culturais e que trazem uma contribuição significativa para a humanidade. Falaremos somente de pessoas importantes, que são os que foram reconhecidos pelos seus trabalhos, pois são as pessoas de sucesso que têm sua biografia publicada. Essa idéia é bem apresentada por Snyders.

E, sobretudo não posso tratar, por isso mesmo, senão de casos privilegiados, dos homens de importância, visto como só os homens que triunfaram brilhantemente publicam sua biografia ou recebem a homenagem de uma biografia publicada: ponho em cena somente "grandes homens" e, mais ainda, de um modo freqüentemente idealizado. As biografias não contam a história do João - ninguém. (SNYDERS, 1995, pg 13, grifos do autor)

Mesmo que saíssemos a campo e procurássemos enriquecer nosso estudo com coleta de dados, entrevistando pessoas idosas, encontraríamos ainda dificuldade em abordar a velhice com atividade intelectual intensa e beneficiada por esta, uma vez que grande número daqueles que passam dos 70, 80 ou chegam a 90 anos ou mais, tiveram uma educação que primasse pela construção do pensamento crítico ou a aproximação com a cultura, na instrumentalização do cidadão. O papel da escolarização foi ainda mais falho, quando imaginamos que muitas pessoas que chegaram às idades citadas são do sexo feminino e pertencentes a uma geração onde a mulher não frequentava a escola ou o fazia por pouco tempo, uma vez que estavam iniciando sua participação no mercado de trabalho.

Por todas as dificuldades relacionadas acima, o trabalho com o modelo, com o estudo das biografias, que parecem restringir as fronteiras deste estudo, será o método que tornará possível demonstrar a importância da atividade intelectual na Terceira Idade.

Selecionamos pessoas que, mesmo com idade já avançada, se lançaram ao trabalho intelectual, que sempre fez parte de sua vida e provaram que produção intelectual e velhice não são incompatíveis, como saliente Mariúza Pelosso Lima, estudiosa da questão do envelhecimento humano, desenvolveu pesquisas cujos resultados evidenciaram o que estamos afirmando.

[...] foi provado que os seres humanos idosos que se exercitam têm melhor desempenho nos testes de função cognitiva do que os que não se exercitam e que a prática de exercício infunde vida nova ao cérebro. (LIMA, 2000, p.110)

Entre os personagens ilustres, encontramos nomes como Jean Paul Sartre, Norberto Bobbio, Oscar Niemeyer, Cora Coralina e Zilda Arns, entre tantos outros que tiveram, ou ainda têm, uma vida longa, lúcida e participativa na sociedade. São biografias que se distanciam em muitos pontos, mas que convergem na vida em constante atividade intelectual, especialmente na paixão pelo conhecimento.

Temos claro que as biografias dos nomes que escolhemos não podem ser parâmetros para toda a população, pois há de se considerar todas as dificuldades econômicas, a diferença de oferta de oportunidades e o pouco incentivo à cultura que marcam uma sociedade profundamente desigual, mas reafirmamos que a utilização de exemplos significa a afirmação de que a educação formal, especialmente o hábito da leitura auxilia na formação de um cidadão idoso, intelectualmente ativo e com melhor qualidade de vida. E assim como tivemos que brigar por cada um dos direitos conquistados, teremos que lutar para que, cada vez mais, tornem-se comuns as histórias de envelhecimento ativo e bem-sucedido.

Snyders (1995) afirma ter impressão de falar em exceções, em meio ao todo, nós neste estudo partilhamos sua observação, ressaltamos os inúmeros idosos que chegaram à idade madura intelectualmente ativos, mas não estão nos registros da história.

4.1.1 Noberto Bobbio

Noberto Bobbio destacou-se no panorama intelectual do século XX, e permaneceu ativo durante toda vida, desde o seu nascimento, em 1909 até sua morte em janeiro de 2004, aos 95 anos.

Bobbio nasceu em Turim, na Itália, no seio de uma família burguesa tradicional, filho de um médico cirurgião e neto de professor primário que se interessava por filosofia e colaborava, periodicamente, nos jornais. Bobbio formou-se em direito e filosofia. É considerado um dos principais juristas e pensadores políticos da Europa e também um dos mais destacados teóricos da esquerda italiana. Tendo

vivenciado o fascismo, o fim da Segunda Guerra, a explosão de Hiroshima e a Guerra Fria, centra sua reflexão em três eixos: o problema da paz e da guerra, a temática dos direitos humanos e a idéia de democracia.

Aos 87 anos, Norberto Bobbio escreve um ensaio que consiste no balanço de uma vida dedicada ao trato de vários assuntos, acrescido de alguns fragmentos autobiográficos. O título desta obra de Bobbio nos remete ao célebre livro de Cícero, em seu livro “De Senectute”.

Norberto Bobbio se descreve como um homem de nervos, que prefere escrever a falar, e se sai melhor escrevendo, “O meu retrato poderia começar justamente com a fragilidade e a vulnerabilidade dos meus nervos.” (BOBBIO, 1997, p.04), o autor relata alguns episódios de ira, de mau humor e até mesmo a impaciência para atender a um telefonema. Ainda falando sobre sua personalidade, Bobbio se descreve como um pessimista, não tendo o pessimismo como um conceito desenvolvido, mas como algo natural à sua personalidade. “Sempre me considerei, e sempre me consideraram, um pessimista. O pessimismo não é uma filosofia, mas um estado de ânimo. Eu sou pessimista de humor não de conceito”.(BOBBIO, 1997, p. 12)

Para ele o avançar dos anos é como subir as arquibancadas, uma subida que vai paralisando os movimentos, trazendo dificuldades no escrever, no andar e, às vezes, até no pensar; embora a sede do saber não diminua torna-se mais complicado aceitar novas idéias, mudar opiniões, pois tende a ser fiel ao que interiorizou na juventude e maturidade. O idoso, diz Bobbio, às vezes rejeita o novo por não entendê-lo, por ser diferente dos moldes em que foi educado. “O progresso técnico, em especial o científico e o tecnológico, é tão vertiginoso, mais ainda, irreversível, que o velho, não dispondo mais de elasticidade mental para acompanhá-lo, corre o risco de ficar para trás”.(BOBBIO, 1997, p. 139)

Mas o próprio Bobbio, embora faça referência às dificuldades do idoso em acompanhar as transformações sociais, relata seu esforço em manter-se em sintonia com essas transformações, quando deixou o magistério aos setenta anos.

“Mesmo quando deixei de ensinar, sempre procurei manter-me em contato com os jovens. Nada como essa proximidade me fez perceber quão rápidas e contínuas são as transformações históricas”.(BOBBIO, 1997, p. 139)

Para Bobbio a velhice não é somente os anos vividos, mas acima de tudo a velhice psicológica, o próprio autor admite achar-se velho enquanto ainda era jovem, mas ao mesmo tempo só sentiu a velhice biológica aos oitenta anos. Entretanto, a velhice biológica não reduziu sua participação como intelectual nos meios acadêmicos. Bobbio em momento nenhum de sua vida poderia ter sido chamado de “inativo”; teve sempre uma intensa participação na vida social e política de seu país, e contribuiu na formação de opiniões de sua época.

Podemos destacar como impulsionador de tão intensa atividade intelectual, seu constante hábito de leitura, que embora, como relata o próprio Norberto Bobbio, tenha começado tardiamente, por volta dos dezoito ou dezenove anos, tornou-se depois bastante intensa.

“A paixão pela leitura começou tarde, mas logo se tornou intensa e onívora. Dela ficaram os traços nos elencos dos livros que eu lia a cada mês, anotados nas páginas do receituário do meu pai.” (BOBBIO, 1998, p. 06)

Bobbio em sua autobiografia “Diário de um século” (1997) relata, além de sua intensa atividade de leitura, sua formação familiar, onde teria sido criado para considerar os homens todos iguais, sem a distinção entre burgês ou proletário, culto ou não culto.

As aprendizagens que adquiriu na família e com os livros foram elementos propulsores de uma árdua vida política, primeiro participando de grupos fascistas universitários e posteriormente opondo-se ao fascismo, sempre em busca de justiça social.

“Frequentando o ambiente antifascista, também eu fui detido na operação de 1935 com a qual o regime tentou liquidar o grupo interno de Justiça e Liberdade (Guistizia e Libertá)” (BOBBIO, 1998, p.17)

Bobbio ressalta que sua educação política não veio da família que era simpatizante do fascismo, mas a convivência escolar foi que lhe infundiu tal ardor pela causa do socialismo liberal que tempos depois tornar-se-ia um partido político.

Fato é que Norberto Bobbio participou tão ativamente da resistência ao fascismo que em 1943, por recusar-se a aderir a um ato fascista, como diretor da Universidade de Pádua, foi transferido para outra Universidade, como medida punitiva, que não viria a se concretizar, pois ocorrera antes a queda do regime.

Quando da transição política italiana, Bobbio, a contragosto, compôs as listas de candidatos para a Assembléia Constituinte. Não obteve êxito, mas continuou atuante na vida política da Itália, como ele mesmo relata.

Particpei do congresso de 1957 com uma carta de protesto contra a discriminação política nas fábricas, publicada em *Risorgimento*, jornal da Resistência Católica.

Este congresso sobre as liberdades civis nas fábricas deve oferecer a oportunidade de colocar em discussão um dos problemas mais graves do direito constitucional contemporâneo. (BOBBIO, 1998, p. 165)

Bobbio foi convidado algumas vezes a participar das eleições italianas, contudo mais de uma vez reiterou que sua vocação era de professor e não de político. “Eu estava convencido de que minha vocação era de estudioso e de que o meu lugar na sociedade era o de professor.” (BOBBIO, 1998, p. 177)

Bobbio militou também pela paz. Participou da Marcha pela Paz, em 24 de setembro de 1961, quando o mundo enfrentava uma crise internacional com ameaça atômica.

Hoje, numa época em que a catástrofe atômica se tornou um acontecimento possível, o problema da paz é um problema fundamental; a paz é o bem absoluto, condição necessária para o exercício de todos os outros valores. (BOBBIO, 1998, p. 207)

Bobbio foi um intelectual marcante em seu país, falou, escreveu, expressou-se de todas as formas possíveis em defesa da liberdade e da justiça. Se a formação acadêmica não apresentou dificuldades, o mesmo não pode ser dito da participação política. Entretanto, mesmo em situações desfavoráveis à defesa da paz, da liberdade e da não discriminação, Bobbio defendeu estes valores, soube e pode

aproveitar as oportunidades que lhes foram oferecidas. Há ainda que se destacar foi um idoso consciente de suas limitações, embora não as aceitasse, mantendo-se assim sempre ativo e lúcido, até sua morte aos 95 anos.

Dizem que para um velho a sabedoria consiste em aceitar resignadamente os próprios limites. Mas para aceitá-los é preciso conhecê-los. Para conhecê-los, é preciso tratar de encontrar um motivo. Não me tornei sábio. Conheço bem os meus limites, mas não os aceito. Admito-os unicamente porque não posso fazer de conta que não existem. (BOBBIO, 1997, p. 50)

Talvez esta não seja a declaração de um sábio, mas revela a extraordinária lucidez de um grande intelectual que não se rendeu ao tempo.

4.1.2. Jean Paul Sartre

Jean Paul Sartre não escreveu sua autobiografia, teve parte dela escrita por sua companheira de vida, Simone Beauvoir, que conhece em 1929 e se tornaria sua companheira e colaboradora até o fim da vida.

.Ao contrário de Bobbio, na velhice Sartre sofreu muitos incômodos de locomoção e dificuldades de visão decorrentes de patologias que se agravaram com a idade e o excesso de bebida alcoólica, mas isso não o impediu de manter-se lúcido e atuante, engajado, para usar um termo bem sartriano.

Jean-Paul Charles Aymard Sartre, nasceu em Paris em 1905, órfão de pai desde os dois anos, Sartre sofreu as primeiras influências por parte de sua mãe e de seu avô, que o iniciou na literatura clássica desde cedo. Foi professor, escritor e filósofo existencialista do início do século XX.

Sartre encarou a literatura como meio de expressão legítima de suas crenças filosóficas e políticas. No período mais produtivo de sua carreira escreve várias peças teatrais e ensaios. Na década de 1950 assume uma postura política mais atuante, abraçando o comunismo. Teve uma vida que podemos dizer boêmia, dado a

frequentes excessos de bebida, noites em claro e uma vida amorosa muito intensa. Sua principal queixa pela passagem dos anos refere-se às restrições à bebida.

[...] eu era um grande bebedor, como você sabe, e uma das grandes satisfações de minha vida mesmo quando estava aborrecido por razões objetivas, era terminar a noite bebendo bastante. Isso desapareceu, desapareceu, porque os médicos me proibiram. (BEAUVUIR, 1990a, p.586)

Talvez as “razões objetivas” que o aborreciam agitassem de tal forma suas emoções que precisava de algo que o ajudasse a relaxar.

Como já salientamos, Sartre foi acometido de vários males, como dificuldade em enxergar, de caminhar, mas mesmo assim não se sentia velho, não se via velho; mesmo diante de uma velhice complicada não se abateu produziu, e envolveu-se com as questões do seu tempo, como a sangrenta luta pela independência da Argélia, colônia francesa de 1830 a 1962. Além de discursos e entrevistas criticando duramente o colonialismo francês, escreveu um belo prefácio para o livro de Frantz Fanon, “Os condenados da terra” (1979, p. 9,10), do qual destacamos um trecho:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições para substituir a língua deles pela nossa, para destruir sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga.

Estas palavras escreveu-as Sartre aos 56 anos, elas expressam o vigor de seu pensamento, de seus valores, de sua disposição para o enfrentamento, um vigor que reencontramos mais adiante, no relato de Beauvoir.

Durante toda a sua existência, Sartre jamais cessou de questionar-se; sem desconhecer o que denominava seus “interesses ideológicos”, não queria que o alienassem, optando assim frequentemente por “pensar contra si”, fazendo um difícil esforço para “espremer os miolos”. (BEAUVUIR, 1990a, p. 13, grifos da autora)

O “difícil esforço para ‘espremer os miolos’” teve certamente um preço. Consideramos razoável pensar que Sartre o pagou com sua saúde.

Sartre assim como Bobbio viveu a efervescências dos entremeios das duas grandes guerras, e também como Bobbio fez parte do grupo de intelectuais engajados socialmente, ao seu tempo.

Destacamos aqui a palavra engajamento, que para Sartre significava compromisso, ou seja, pois uma vez que o homem faz suas escolhas expressa ou atribui valor ao que foi escolhido e, ao fazê-lo, “é responsável perante a humanidade inteira pela valorização que fez”.(SARTRE, *apud* CRANSTON, 1966, p. 109) Dessa forma, é engajado o homem, no exercício de sua liberdade, o definir o que tem valor para ele, preferindo uma coisa a outra, “um sentimento de total e profunda responsabilidade”.(SARTRE, *apud* CRANSTON, 1966, p. 109)

Sartre, por conta de seus ideais políticos e de seu engajamento, recusou-se a receber o Prêmio Nobel e a visitar os EUA pela ofensiva armada deste país contra o Vietnam. Nas palavras de Sartre:

Era possível, para um homem como eu, ir aos Estados Unidos porque se tinha a impressão de que se iniciava um período de refluxo imperialista e que os Americanos começavam a dar-se conta do absurdo de sua política.

Os bombardeios modificaram tudo. A partir daí, dei-me conta de que os americanos não tinham compreendido nada e que não podia haver linguagem comum entre eles e nós. (MARGARIDO, 1965, p. 21,22)

Ao usar a expressão “um homem como eu” referia-se às suas exaltadas críticas ao capitalismo.

Quanto à questão familiar, Jean Paul Sartre tem em comum com Norberto Bobbio, um berço privilegiado, ou seja, uma família que valorizava as atividades intelectuais; ambos puderam, desde cedo, ter acesso à herança cultural e puderam contribuir para seu enriquecimento.

As palavras de Sartre revelam o que foi sua relação com os livros desde sua infância até sua morte, ou seja, mostram como conservou mesmo após a idade avançada, não só o hábito da leitura, mas também o da escrita, como ele mesmo

relata: Comecei a minha vida como a acabarei sem dúvida: no meio dos livros. No escritório do meu avô, havia-os por toda a parte: era proibido espaná-los excepto uma vez por ano, antes do começo das aulas em outubro. (MARGARIDO, 1965, p. 17)

Esta fala revela o contínuo processo de leitura e o respeito aos livros que desde muito jovem Sartre conheceu e tornou-se um hábito, que carregou por toda a existência, vindo a se transformar também em exímio escritor, tanto de textos filosóficos quanto literários. Percebemos a importância do contexto em que foi criado em um trecho da entrevista que concedeu a Simone de Beauvoir, onde fala das oportunidades que o tornaram um dos nomes mais conhecidos do século XX.

Creio que a maior oportunidade foi, incontestavelmente, nascer numa família universitária, isto é, numa família de intelectuais de certo tipo que tinham uma determinada concepção de trabalho, das férias, da vida quotidiana, e que podiam oferecer-me um bom ponto de partida. (BEAUVOIR, 1990a, p. 53)

Sartre não se destacou somente por ter nascido em uma família privilegiada, muitas pessoas tiveram possibilidades tão positivas, ou até melhores que ele, mas não se envolveram com as questões sociais que tanto chamavam a atenção de Jean Paul Sartre. Ele teve oportunidades às quais soube e pode desfrutar, engajando-se na luta pela sociedade justa e livre. Como ressalta Sartre na entrevista que concedeu a Simone de Beauvoir: “Quando me engajei na política e realizei uma ação, jamais abandonei a idéia de liberdade; ao contrário, cada vez que agia me sentia livre.” (1990a, p. 500)

Para Sartre, ser engajado significa que quando o homem faz as suas escolhas, expressa ou atribui valor ao que foi escolhido e, ao fazê-lo, “[...]é responsável perante a humanidade inteira pela valorização que fez.” (SARTRE apud CRANSTON, 1966, p. 109)

Nestes termos, podemos afirmar que Sartre foi um cidadão engajado aos assuntos de seu tempo, e ainda mais um intelectual que mais que sua obra deixou uma lição de defesas de ideais e de idoso intelectualmente ativo, não se abatendo

sequer pelas dificuldades de visão, que tanto penalizam a quem tem o hábito da leitura.

4.1.3. Cora Coralina

Cora Coralina nasceu em Goiânia em 1989 e faleceu na mesma cidade em 1985, foram noventa e seis anos divididos entre a vida de dona de casa, e a paixão pela literatura, paixão esta que teve seus espaços somente quando a poetisa já contava mais de setenta anos.

Ao tratarmos da vida familiar de Cora Coralina temos um grato exemplo de superação das dificuldades do meio em que estava inserida, bem como de reconhecimento de suas possibilidades. Ao contrário de Bobbio, Sartre e Niemeyer, Ana Lins dos Guimarães Peixoto, ou simplesmente como a conhecemos Cora Coralina, não frequentou durante muitos anos a escola, cursou somente o que equivaleria hoje ao Ensino Fundamental I. Por muitos anos dedicou-se a cuidar da casa, do marido e dos filhos e quando ficou viúva trabalhou como vendedora de livros e doceira para sustentar a família. Mas mesmo mergulhada em tanta atividades em torno da família, Cora não deixou de escrever.

Nos registros da vida de Cora Coralina podemos observar que embora não tenha uma longa educação formal sempre foi incentivada à leitura por sua mãe, por seu marido e por literatos, com quem convivia, bem como pelo clima favorável ao desenvolvimento intelectual que se tinha em Goiás e São Paulo de sua época. “Enfim, foi uma constante leitora, talvez por isso se transformou em uma observadora perspicaz, num punho lírico sensível às continuidades e evoluções características da vida do interior Brasil”.(JORGE, 1968, p. 01)

Cora Coralina, não militou politicamente, mas perseguiu objetivos de vida, relacionados ao desejo de tornar público seu trabalho literário. Para escrever sua primeira obra, Cora retornou à Goiás, deixou os filhos e netos em São Paulo para reviver na velhice os cenários de sua meninice. Morou em sua antiga casa, andou

pelas ruas de sua cidade, proporcionando assim ao público um belo espetáculo de lembranças, contando os fatos e lendas da sua juventude.

Cora Coralina reescreve Goiás, promovendo uma arqueologia do passado através das imagens que construiu. Seu ato de registrar, através da escrita, cenários e personagens historicamente silenciados, constitui em uma forma de perenização e resistência. Cora ao retornar à cidade de Goiás a transformou em cidade da escrita (da infância e da maturidade). (ARAÚJO, 1977, p. 01)

“Uma forma de resistência”, diz Araújo. Ora não é esta uma ação política? À sua maneira, Cora Coralina teve um papel político.

Após concluir sua primeira obra, já com mais de setenta anos, percorreu inúmeras editoras, oferecendo seu primeiro livro para a publicação, e esta não foi uma tarefa fácil, como relata a própria Cora.

“Para conseguir a publicação de meu livro, tive que enfrentar uma verdadeira odisséia. Andei em diversas editoras. Eu era sozinha nessa peregrinação. Não tive ninguém que me recomendasse às editoras.” (CORA, *apud*. JORGE, 1968, p. 01)

Cora Coralina não se rendeu à posição de avó, presa à família e aos cuidados com os netos, como seria esperado das mulheres de sua geração. Deixou os filhos em São Paulo voltou à sua terra natal e mesmo diante de muitas dificuldades, inclusive financeiras, dedicou-se à sua paixão pela literatura, até alcançar seu objetivo, ou seja, publicar seu primeiro livro. Assim, podemos perceber em Cora, a imagem do idoso que não deixa de perseguir seus ideais, que os busca como meio de realização, fazendo assim da Terceira Idade uma etapa de conquistas, onde os projetos e os sonhos têm um lugar e dão sentido à vida.

4.1.4. Zilda Arns

Incluímos no nosso estudo a biografia de Zilda Arns Neumann, médica sanitarista, mãe de cinco filhos e criadora da Pastoral da Criança, pela intensa

atividade física e intelectual, que ainda desempenha aos 75 anos, e porque a história desta trajetória ajuda-nos a encontrar respostas para as questões que estão na origem deste trabalho. A Zilda ainda coordena a pastoral que idealizou e trabalha na sua propagação para outros países. Tanta dedicação lhe rendeu reconhecimentos como cidadania honorária de muitas cidades, onde o trabalho da Pastoral da Criança ajudou e continua ajudando a salvar vidas, tendo recebido três indicações ao Prêmio Nobel da Paz.

Ao estudarmos a biografia de Zilda Arns, convém ressaltar a excelente educação formal que recebeu e a participação familiar em sua formação cultural e intelectual. Como ela mesma nos conta em “Depoimentos” (2003, p.23), sua mãe foi uma referência na partilha e na valorização do conhecimento.

Uma imagem que me lembra muito a infância é a minha mãe, na varanda da frente de nossa casa, recebendo as mães com crianças doentes ou que vinham apenas para pedir conselhos. Ela era a referência na comunidade.

Além da mãe com conhecimentos práticos, Zilda conviveu com os irmãos mais velhos, em sua maioria educadores, como D. Evaristo Arns, que foi Arcebispo de São Paulo. Mesmo morando em um pequeno povoado, pode contar com uma educação esmerada, em grande parte devido ao valor dado por seu pai à educação. A Zilda Arns relata que seu pai se manifestou quanto à escolha da profissão que deveria seguir: Meu pai achava que eu deveria ser professora; era essa a vocação da família. Dizia: “A educação é o que mais falta a este mundo e é o que tem o maior poder de transformá-lo”. (NEUMANN, 2003, p. 33)

Essa crença na educação impregnou a filha, que como veremos em depoimento adiante, nunca dissociou medicina de educação. Antes, porém, vieram os tempos de colégio, que também modelaram sua formação.

De suas experiências escolares, algumas ficaram profundamente marcadas, como as perseguições pela quais passou sua localidade, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, por morarem lá muitos descendentes de alemães.

Para substituir nossos professores, vieram duas professoras de fora, dona Iolanda e dona Carolina, que eram Irmãs e portadoras de necessidades especiais. Continuávamos com nossas Irmãs alemãs, especialmente a Irmã Noberta, a ter reforço escolar, música, arte e esporte no período da tarde. (NEUMANN, 2003, p. 26)

Essas atividades, que poderíamos chamar de extracurriculares, serviram de incentivo no desenvolvimento físico e intelectual de Zilda, que se descreve como uma adolescente bastante atarefada entre as atividades religiosas, físicas e intelectuais.

Na adolescência, meu tempo era muito ocupado. Durante sete anos, me dediquei à catequese. Lia muitos livros nos fins de semana e freqüentava a Congregação Mariana, onde meu irmão Felipe Arns era líder, jogava tênis de mesa com outros jovens e emprestava livros da biblioteca. (NEUMANN, 2003, p. 31)

Este é um dos momentos onde Zilda Arns Neumann relata sua intensa atividade intelectual, a qual se intensificou com a decisão de estudar medicina. Após os primeiros anos de estudo em sua terra natal, Zilda relata sua mudança para Curitiba, a fim de continuar seus estudos e onde começa a demonstrar sua vocação para a medicina e para a ação voluntária.

Apoiada desde o início pela mãe e depois pelo pai e irmãos mais velhos, dedicou-se intensamente aos estudos, para passar no vestibular de medicina, na Universidade Federal do Paraná. Já no curso de medicina, dividia o tempo entre a faculdade e o trabalho voluntário em hospitais.

Zilda casou-se com Aloysio Bruno Neumann, uma semana após sua formatura. Teve cinco filhos e soube administrar seu tempo entre a formação da família e a solidificação de uma carreira médica, voltada não somente à cura, mas à informação como forma de prevenção de doenças. É interessante que, atualmente, a política adotada na área da saúde enfatiza a importância da informação em saúde e tem a promoção da saúde como paradigma. Fora, isso, a Zilda já fazia, em tempos em que predominava o enfoque curativo. Como médica, e era a isso que nos referimos linhas acima, sempre foi também educadora, como se lê abaixo:

Meu pai estava certo quando falava em educação; eu, no exercício da medicina, fiz muito mais educação para a prevenção de enfermidades do que curas e reabilitações. Sem dúvida, a minha vocação sempre foi a vocação da minha família e a da minha comunidade. (NEUMANN, 2003, p. 40)

Bem antes de ser adotado para a saúde o modelo “humanizassus”, a Zilda já o praticava no atendimento das pessoas. Zilda dirigiu por treze anos os postos de saúde da cidade de Curitiba. Seu trabalho foi reconhecido como médica e principalmente como articuladora de métodos que diminuíssem a mortalidade infantil; elaborou e coordenou a primeira campanha de vacinação da vacina Sabin, no Paraná, seu método de divulgação virou referência nacional, e veio a ser utilizado pelo Ministério da Saúde.

Em 1982, foi convidada a elaborar um projeto no qual a Igreja desempenhasse um papel na luta contra a desnutrição infantil. Em 1983 começa a Pastoral da Criança, movimento eclesial idealizado e coordenado por ela até hoje. Este movimento ajudou a diminuir a taxa de mortalidade infantil em muitas comunidades carentes, aliando solidariedade e informação. A Pastoral da Criança, na verdade, é a prática de ideais que Zilda defendeu durante toda sua carreira de médica sanitaria, acreditando que a melhor forma de combater a maior parte de doenças de fácil prevenção, a violência e a desnutrição é através da educação.

Buscamos destacar a personalidade de uma médica brasileira que sempre persistiu em seus ideais, que ainda hoje, aos 75 anos, coordena o movimento que idealizou, além de trabalhar na propagação deste movimento por outros países, como graves problemas de saúde pública. Recentemente, por ocasião do I Simpósio Maringaense de Gerontologia (2008), em Maringá, a Zilda esteve presente, como conferencista, trazendo notícias da Pastoral do Idoso, que alcança seu maior nível de expansão no Estado do Paraná.

Sem dúvida, Zilda Arns Neumann é um modelo de pessoa idosa ativa e participativa, envolvendo-se com determinação nas questões vividas pela sociedade, mas que também como Niemeyer, de quem falaremos a seguir, Bobbio e Sartre contou com o incentivo à educação, à leitura e também como estes teve oportunidades educacionais e a possibilidade de aproveitar estas oportunidades,

para sua formação cultural e para o desenvolvimento de projetos no campo profissional. De um lado, o inegável mérito pessoal; de outro, as necessárias e indispensáveis condições materiais.

4.1.5. Oscar Niemeyer

Das trajetórias analisadas talvez a que mais se destaque na questão da leitura seja Oscar Niemeyer, não por ter lido mais, mas pelas constantes falas onde enaltece o hábito da leitura. Em seu livro “O ser e a vida” (2007) Niemeyer cita Rodrigo Mello Franco de Andrade “O importante é ler, informar-se, sobretudo do que ocorre à nossa volta, conhecer a língua, os escritores mais fundamentais.” (NIEMEYER, 2007, p. 13)

Oscar praticou os conselhos do amigo e anos mais tarde escreveria sobre sua paixão pela leitura.

E com o mesmo entusiasmo com que lia, naqueles tempos, textos sobre arquitetura, passei a me dedicar à leitura de escritores e pensadores. E pouco a pouco ela começou a me levar à compreensão dos problemas mais diversos, aos assuntos da política, que então já me ocupavam. (NIEMEYER, 2007, p. 13)

Em muitas passagens de sua biografia, Niemeyer destaca a importância da leitura para sua vida, dando realce à idéia de que o hábito da leitura pode proporcionar vivências mais prazerosas, e também ativar o funcionamento cerebral, fato que parece evidente nas biografias estudadas.

Contudo todas estas idéias mais uma vez poderiam ser resumidas nas palavras de Niemeyer:

O objetivo deste texto é contar como a leitura foi importante para mim, dando à minha vida um sentido mais amplo, mais modesto, diante deste universo que nos encanta e humilha.

A leitura assumiu para mim a maior relevância, nela reconhecendo elemento indispensável à formação da juventude. (NIEMEYER, 2007, p. 15)

Para Niemeyer sem boas bases de leitura mesmo a pessoa que conquista diploma universitário não será um cidadão atuante frente aos problemas que a sociedade enfrenta; para o arquiteto o hábito da leitura deveria ir além da universidade, iniciando ainda na escola primária.

O hábito da leitura além de inserir o indivíduo nas evoluções pelas quais passa a sociedade onde vive, possibilitando a ele tornar-se um cidadão crítico, pode configurar-se em uma alternativa para que o indivíduo continue intelectualmente ativo na Terceira Idade, como acontece frequentemente entre pessoas com alto nível de escolaridade.

Ainda merece destaque uma característica marcante de Niemeyer, que o arquiteto deixa transparecer em seu texto "O Ser e a Vida" (2007), Niemeyer manifesta sua preocupação com o outro e a sua esperança na formação da juventude. Revela assim, como Sartre, ser um cidadão engajado em uma luta pela sociedade mais justa, objetivos estes que transcendem o interesse meramente profissional, na busca pela justiça social.

Também como Sartre e Bobbio, Niemeyer revelou-se contrário à Guerra do Vietnã, desligando-se da Academia Americana de Artes e Ciências, numa demonstração de indignação frente às injustiças.

Niemeyer continua opondo-se às injustiças. Aos 101 anos, o arquiteto não abandonou seus projetos de curvas sinuosas e mantém sua preocupação com o futuro dos jovens, além de um senso social aguçado na ajuda aos menos afortunados.

É irrefutável a idéia de que o avançar dos anos influencia o indivíduo que envelhece como um todo, inclusive em sua escrita e comportamento; não foi diferente com os intelectuais que estudamos. Cada um deles sentiu as mudanças com o decorrer da idade à sua maneira.

Niemeyer, que confessa não pensar na aposentadoria já que na sua idade é melhor manter-se ocupado, mostra na sua trajetória um dinamismo exemplar, um entusiasmo por desfrutar a vida em todos os momentos.

Quase aos 97 anos, Oscar Niemeyer diz: “A morte é assim, e sou pessimista. O ser humano não tem solução: morre como bicho” (O Estado de São Paulo, 2005). O arquiteto tem em comum com Bobbio o pessimismo assumido, declarado; com Sartre, uma forma crua de ver o mundo: “Nós nascemos, como dizia Sartre, e começamos a morrer [...] Nada diminui a fragilidade do ser humano.” (O Estado de São Paulo, 2005). Parece que a energia com que se recusa a sorrir para a velhice e a aceitar a morte é a mesma que o mantém vivo e trabalhando. Em entrevista dada ao Estado de São Paulo, em 2005, Niemeyer deu a entrevista, sentado em sua cadeira de trabalho. Durante a entrevista, estava acompanhado de sua secretária e de um professor de Literatura. Niemeyer alimenta-se de cultura, inclusive de poesia. Na entrevista de 2005 faz uma elogiosa referência ao poeta Ferreira Gullar: “A gente tem prazer em ler a poesia bonita”.

O que concluímos dos textos das entrevistas, mesmo considerando uma ousadia concluir algo em terreno tão escorregadio, é que, se nascemos por obra do acaso, não é o acaso que nos mantém vivos e ativos, mas condições concretas de vida, nas quais a cultura, o conhecimento, a possibilidade de desenvolver, em condições favoráveis, um trabalho digno, que nos realiza está intimamente relacionado com viver sem abrir mão de ser autor e ator da própria vida.

4.2. Atividade Intelectual: possibilidade na Terceira Idade

Falar de atividade intelectual na Terceira Idade é reforçar a idéia de possibilidades, de um envelhecimento ativo com qualidade de vida positiva. Reforçamos assim a idéia de que o indivíduo durante a vida desenvolve o raciocínio, estimula a atividade cerebral, terá melhores possibilidades de ter uma velhice lúcida,

sendo esta possibilidade reforçada se o idoso mantiver tais atividades também na Terceira Idade.

Mesmo considerando as diferenças no grupo de pessoas idosas, a Gerontologia Educacional define em seu nível de abrangências a “dimensão de manutenção das capacidades cognitivas” (DOLL, 2008, p. 20) que vai ao encontro do que afirmamos acima.

Os dados das pesquisas gerontológicas demonstram claramente que as capacidades que continuamos exercendo mantêm seu funcionamento, ao passo que a passividade leva à perda de capacidades. Isso vale também para nossas capacidades cognitivas como a memória e a reflexão. Dessa forma, utilizando nosso cérebro, manter-se informado, continuar aprendendo, treinando a memória é a melhor forma de se proteger ou amenizar possíveis perdas cognitivas que possam acontecer, geralmente por causa de doenças.

Entendemos aqui por atividade intelectual leitura, escrita, participação em atividades culturais, jogos, movimentos políticos e sociais etc. Contudo, podemos perceber que estas atividades mesmo quando iniciada já em idade avançada podem melhorar a capacidade de viver o processo de envelhecimento participando da vida social e familiar.

A possibilidade de participar de situações educacionais na Terceira Idade tem se tornado cada vez mais acessível, dado a proliferação de programas educacionais voltados a este público. Este aumento fica também visível com o aumento de produções sobre o assunto, e na crescente de instituições voltadas a esta modalidade educacional.

Santos (2005, p. 79, 80) em seu trabalho “A velhice do Século XXI e a Universidade: Novas Formas de Emancipação ou Velhas Formas de Exclusão?”, referindo-se à cidade de Maringá e à UEM, mostra-se pouco otimista em relação ao desenvolvimento de um programa educacional direcionado à população idosa.

Refletir a velhice em Maringá numa perspectiva pedagógica e social com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) é compreender que existem dois fatores nessa questão que eximem-se de suas responsabilidades, de um lado está a própria UEM e do outro o

município de Maringá. No caso da universidade, esta não prepara seus acadêmicos para atuar com a questão da velhice e envelhecimento, também não institui programas definitivos para a participação dos idosos dentro da universidade, de forma a oferecer condições para exigir mais e de maneira efetiva a concretização de seus direitos frente a todas as instâncias, inclusive aos deveres do poder público municipal. As propostas educacionais para o idoso no Brasil existem, mas a aplicação dessas propostas em Maringá não fazem parte da nossa realidade.

O futuro não deu razão à visão pessimista de Santos. Acompanhando a velocidade com que se desenvolvem atualmente estudos e práticas relacionados às pessoas idosas, tanto a Universidade, quanto o governo municipal têm projetos nessa área.

Ressaltamos a questão da educação, por acreditarmos que seja o caminho mais próximo para a atividade intelectual, embora pudemos perceber em Cora Coralina não foram longos os anos de frequência à educação formal, contudo desenvolveu o hábito da leitura, podendo este fato ser justificado pela convivência e incentivo de pessoas que primavam pela atividade intelectual.

Partindo dos exemplos citados nesse capítulo como norteadores da interação da Terceira Idade com a sociedade na qual está inserido, podemos perceber a educação contribuindo para uma melhor qualidade de vida, ao passo que reforça a capacidade de raciocínio, através da ativação cerebral.

Ainda é necessário reforçar que o início do contato com a educação de modo geral, mesmo que iniciada já na Terceira Idade protagoniza como meio de melhoria da qualidade de vida, além de exercer o papel da interação social, de objetivo e de instrumentalização do cidadão.

5. CONCLUSÃO

A sociedade está passando por um processo de envelhecimento. Com o crescimento da expectativa de vida da população é cada vez mais comum a convivência com pessoas de 80, 90 e até 100 anos, fato que algumas décadas atrás constituiria exceção. Esta longevidade populacional é consequência da inter-relação de alguns fatores como a melhoria do saneamento básico, a erradicação de algumas doenças, por meio da descoberta de vacinas, programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças, avanços em diferentes campos da medicina, elevação do nível de escolarização entre outros.

Contudo, o que deveria constituir um fator positivo para a sociedade vem desencadeando alguns problemas, uma vez que a sociedade ainda enfrenta dificuldades na interação com o indivíduo que envelhece, e o próprio indivíduo não têm acesso às informações sobre o processo pelo qual está passando ou que irá passar, ou seja, a falta de informação dificulta a vivência de uma Terceira Idade com qualidade de vida positiva. A desinformação é, muitas vezes, uma das formas de expressão das desigualdades sociais, que penalizam principalmente as pessoas idosas mais pobres e com menor nível de escolarização; este, por sua vez, reflete a exclusão a que as classes populares são frequentemente submetidas. Nossos modelos, trazidos como elementos de inspiração e reflexão, excetuando Cora Coralina, pertencem às classes privilegiadas e isso, como procuramos evidenciar, foi um fator determinante para o envelhecimento intelectualmente ativo.

Neste trabalho defendemos que um dos meios de viver o processo de envelhecimento com qualidade de vida, ou seja, uma Terceira Idade ativa, participativa, é manter uma atividade intelectual, mesmo depois da aposentadoria e independente da idade que se tenha.

A atividade intelectual tem a capacidade de induzir novas conexões neuronais, melhorando as condições de absorção e velocidade de novos conhecimentos o que possibilitará aos idosos ser mais participativo e ativo na sociedade, além do que,

afirmam pesquisadores da atividade cerebral, prevenir doenças como o Mal de Alzheimer.

Contudo, para que pesquisas na área do envelhecimento cerebral, ou qualquer outra pesquisa voltada à questão do envelhecimento tenham um impacto significativo na sociedade é necessário que seus resultados sejam acessíveis à população, que pode se beneficiar deles. Isto implica a democratização do conhecimento. Esta é uma das tarefas a que as UNATIS se propõem.

O objetivo que norteou este trabalho foi mostrar como a Educação Permanente pode ser uma importante ferramenta na construção de uma velhice com qualidade de vida, promovendo o acesso ao saber científico e cultural, transformando assim o indivíduo em cidadão crítico e participativo na sociedade na qual está inserido, ajudando-o a enfrentar os desafios da sociedade moderna, onde a velocidade dos avanços tecnológicos exige sempre mais conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades.

Os exemplos de vida citados, Bobbio, Sartre, Niemeyer, Cora Coralina, Zilda Arns, Oscar Niemeyer, constituem ainda hoje a minoria da Terceira Idade, pois na maioria das vezes o idoso é obrigado a aceitar as perdas que a velhice lhe impõe, perdas de saúde, de condições financeiras e muitas vezes até de seu direito de cidadão. Ou seja, para muitos envelhecer é morrer em vida. Para que este panorama mude é necessário medidas concretas que leve a uma melhor distribuição do capital cultural e dos recursos acumulados.

Para o idoso a educação exerce ainda um papel importante na convivência familiar, além de facilitar o convívio com pessoas de sua mesma faixa etária, e também com jovens, o que contribuirá para manter-se atualizado e ampliar sua visão de mundo.

Nas últimas décadas as UNATIS têm desenvolvido trabalhos que muito contribuem para a promoção de uma velhice bem-sucedida, bem como para a superação de preconceitos sobre a velhice. Além disso, as UNATIS constituem uma importante oportunidade do acesso à educação na Terceira Idade, como meio de proporcionar possibilidade de atividade intelectual nesta fase mais madura da vida, além das opiniões de Izquierdo, Nulland entre outros estudiosos do envelhecimento,

utilizamos a biografia de pessoas que passaram dos setenta anos, lúcidos, participativos e ativos intelectualmente, que em comum tiveram uma vida pautada pelo exercício da leitura e da escrita e pelo engajamento em lutas sociais.

As UNATIS têm desempenhado fundamental papel na luta por essa socialização da cultura, dando concretude ao direito à educação, direito esse afirmado pela Constituição Brasileira, pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso. Mas ainda há um longo caminho a ser percorrido na efetivação desses direitos, ou seja, é preciso continuar lutando por justiça social, fazendo frente às desigualdades, a educação tem uma grande responsabilidade em relação a isso, em todos os níveis e em todas as formas que se realiza.

Além disso, a sociedade terá que rever seus conceitos sobre, terá que aprender a responder às necessidades da pessoa idosa, a sociedade terá que aprender a envelhecer. Nesse sentido são bem-vindas as palavras da professora Mariúza Pelloso Lima (2000, p. 90): “Um olhar de crença nas possibilidades de inserção social, profissional, de ser útil e não de compaixão e rejeição por não acreditar que o idoso possa ter uma velhice participativa.”

Uma questão que ainda merece estudo é como fazer com que as UNATIS cheguem a todas as classes sociais e a todas as regiões, que sequer ouviram falar da existência da educação de idosos e de seus benefícios. Como fazer com que o Estado assuma suas responsabilidades em relação à educação da pessoa idosa e comece a reconhecer e apoiar o trabalho das UNATIS?

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da Educação Não-Escolar: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, Antonio Joaquim e STOER, Stephen R. **A Sociologia na Escola**, Porto: Afrontamento, 1992.

ARAÚJO, Celso. Os pensamentos de Cora. Brasília, **Jornal de Brasília**: 1977.

BEAUVOUIR, Simone. **Cerimônia do Adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990a.

BEAUVOUIR, Simone. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990b.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: de Senectude e outros escritos autobiográficos. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Diário de um século**: Autobiografia. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BOMURA, Aline Terumi. TAAM, Regina. A velhice como espetáculo. **Acta Sci. Human. Soc. Sci.** Maringá: v. 29, n. 1, p. 57 – 62, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. LEI Nº 8.842 (1994). **Política Nacional do Idoso**. Brasília, de 04 de janeiro de 1994. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. LEI Nº 10.741 (2003). **Estatuto do Idoso**, 01 de outubro de 2003. São Paulo: Atlas, 2004.

CACHIONI, Meire. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade:** A experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: 1998.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos?:** um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade. Campinas: Alínea, 2003.

CARO, Sueli M. Pessanho. **Educador Social:** proposta. Tese de Doutorado, PUC, Campinas: 2003.

CASARA, Miriam Bonho. CORTELLETI, Ivone Assunta. BOTH, Agostinho (org.) **Educação e envelhecimento humano.** Caxias do Sul: Educs, 2006.

CASTIEL, Luis David. **A medida do possível... Saúde, risco e tecnobiociências.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

CÔRTE, Beltrina. MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. ARCURI, Irene Gaeta (org.). **Velhice envelhecimento complex(idade).** São Paulo: Vetor, 2005.

CRANSTON, Maurice. **Sartre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

COURI, N. **Niemeyer despeja seu pessimismo em Way.** Globo, Rio de Janeiro, 14 dez. 1997. Segundo Caderno, p. 4.

CURY, R. C. J. **Educação e Contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DALMAZ, C.; NETTO, Carlos Alexandre. A memória. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, N. 1, 2004.

DOLL, Johannes. **Educação** e envelhecimento – fundamentos e perspectivas. **A Terceira Idade**: Estudos sobre Envelhecimento, São Paulo: v. 19, n. 43, p.7- 26, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979)

FURTER, Pierre. **Educação Permanente e desenvolvimento cultural**. Tradução de Teresa de Araújo Penna. Petrópolis: Vozes, 1974.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GENTILI, Pablo. **Desencanto e utopia**: a educação no labirinto dos novos tempos. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOLDMAN, Sara Nigri. Universidade para a Terceira Idade: uma lição de cidadania. **Textos sobre Envelhecimento UNATI / UERJ**. Rio de Janeiro: ano 3, n. 5, p. 1-97, 2000.

GRAMSCI, Antonio Os **intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GOHN, M. G. **Educação Não-Formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 de novembro de 2008.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

JORGE, Miguel. Conversa com Cora Coralina. Goiânia: **Folha de Goiás**, 1968.

LIMA, Mariúza Pelloso. **Gerontologia Educacional**: uma pedagogia específica para o idoso: uma nova concepção de velhice. São Paulo: LTR, 2000.

MARGARIDO, Alfredo. **Jean-Paul Sartre**. Lisboa: Presença, 1965.

MARTINS, Manuel M. **Análise Social**. Vol. XLII, 2007, n.º 185.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. BUSS, Paulo Marchiorri. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. Saúde coletiva**, V. 5, n. 1. Rio de Janeiro: 2000.

MOREIRA, Marilda Maria da Silva. **Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2000. 100p.

MOREIRA, Morvan de Mello. **Mudanças Estruturais na distribuição Etária Brasileira**: 1950 – 2050. Fundação Joaquim Nabuco. n. 117. 2002.

NEIVA, P. As idades do corpo. **Revista Veja**, ano 39, n. 20, p. 92-116, 24 maio 2006.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Psicologia do Envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Qualidade de Vida e idade madura**. Campinas: Papirus, 1993.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Palavras – Chave em Gerontologia**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2005

NÉRI, Anita Liberalesso. **O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento**. Temas em Psicologia, UNICAMP, vol. 14, nº. 1, p. 17 – 34, 2006.

NÉRI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2007.

NEUMANN, Zilda Arns. **Depoimentos**: Zilda Arns Neumann. Belo Horizonte: Leitura, 2003.

NIEMEYER, Oscar. **O Ser e a Vida**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da Terceira Idade**: conquistas possíveis e rupturas necessárias. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

NUNES, Alzira Tereza. **Serviço Social Universidade de Terceira Idade**: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. Rio de Janeiro: 2001. V.3.

NULAND, Sherwin B. **A arte de envelhecer**. Tradução Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **O Processo de Envelhecimento e a Velhice**: Entre a Teoria e a Prática Social. No Prelo. 2008.

PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimente {et.al.}. **Cognição e Envelhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PONTAROLO, Regina Sviech. **Políticas Públicas Educacionais para o Idoso e sua Implementação pela SEED – PR na Cidade de Prudentópolis**. Dissertação (mestrado) UEPG. Ponta Grossa: 2008.

SANTOS, Ana Paula Silvestre. **A velhice do Século XXI e a Universidade: Novas Formas de Emancipação ou Velhas Formas de Exclusão?** Especialização UEM. Maringá: 2005.

SNYDERS, Georges. **Pedagogia Progressista**. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

SNYDERS, Georges. **Feliz na universidade**; estudo a partir de algumas biografias. Trad. Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. PARK, Margareth Brandini. FERNANDES, Renata Sieiro (org.). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

TEIXEIRA, Fátima. Envelhecer com dignidade. **Partes**. São Paulo: Ano I, n. 05, agosto. 2000.

UNESCO, 1997. **Texto da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos aprovada pela CONFINTEA V**. Hamburgo, Alemanha:1997.

VAZQUEZ, Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1977.

WEBBER, Francieli. CELICH, Kátia Lilian Sedrez. **As Contribuições da Universidade Aberta para a Terceira Idade no Envelhecimento Saudável**. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Vol. 12, 2007. Disponível em: www.seer.ufrgs.br. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde; tradução Suzano Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.